



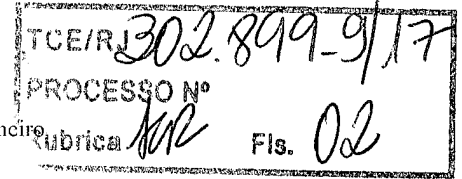
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.00000105/2016

Data: 09/12/2016 fls. 02

Rubrica: [assinatura] ID. 50308165

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



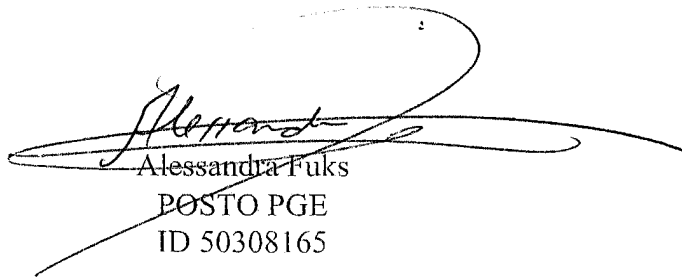
13.03.02.29

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em 9 de dezembro de 2016, efetuou-se a abertura do processo de nº E-01/029.00000105/2016.

Com este fim e para constar, eu, Alessandra Fuks, servidor(a) do(a) POSTO PGE, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2016.


Alessandra Fuks
POSTO PGE
ID 50308165



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E01/029/105/2016

Data: 9/12/2016 Fls. 03

Rubrica: 50308165

TCE/RJ 302.899-9/17
PROCESSO Nº
Rubrica Fls. 03

AGÊNCIA / POSTO AVANÇADO:

REQUERIMENTO GERAL - POSTO TCE

01 - DADOS DO BENEFICIÁRIO (para assuntos relativos ao benefício de pensão)

| | | | |
|--|-----------------------|----------------------------------|---------------------------|
| NOME DO BENEFICIÁRIO: MARIA JOSE CARDOSO | | | CPF: 00225956780 |
| DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 076409010 | ÓRGÃO EMISSOR: IFP | DATA DE EXPEDIÇÃO: 18/07/1985 | INSCRIÇÃO: |
| ENDEREÇO (RUA/AVENIDA): RUA ESPERANÇA | | | Nº: 375 |
| BAIRRO: VARGEM GRANDE | | | CIDADE: RIO DE JANEIRO |
| TELEFONES PARA CONTATO: 1612391 979111184 | | | E-MAIL: |
| CEP: 22785-590 | | | UF: RJ |

02 - DADOS DO PROCESSO OBJETO DO REQUERIMENTO (para assunto que já tenha sido constituído processo)

| | | |
|--------------|--------------------------------------|---------------|
| Nº PROCESSO: | LOCALIZAÇÃO DO PROCESSO (CARGA UPO): | DATA (CARGA) |
|--------------|--------------------------------------|---------------|

03 - DADOS DO REQUERENTE (dispensado o preenchimento caso o requerente seja o próprio beneficiário da pensão)

| | | | |
|-------------------------|----------------|--|---------|
| NOME DO REQUERENTE: | | | CPF: |
| DOCUMENTO DE IDENTIDADE | ÓRGÃO EMISSOR: | | |
| ENDEREÇO (RUA/AVENIDA): | | | Nº: |
| BAIRRO: | | | CIDADE: |
| TELEFONES PARA CONTATO: | | | E-MAIL: |
| CEP:. | | | UF: |

☐ O PRÓPRIO ☐ RESPONSÁVEL LEGAL ☐ PROCURADOR ☐ TUTOR ☐ CURADOR ☐ GUARDIÃO

04 - TIPO DE REQUERIMENTO (marque o assunto a que se refere o requerimento)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR / CÓPIA DE PROCESSO | <input type="checkbox"/> RETIFICAÇÃO DA FITA DIRF |
| <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO PASEP/NADA CONSTA/BENEFICIÁRIOS | <input type="checkbox"/> BAIXA DE HIPOTECA |
| <input type="checkbox"/> VISTAS A PROCESSO | <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO DE DESCONTO PECÚLIO FACULTATIVO |
| <input type="checkbox"/> AUXÍLIO RECLUSÃO | <input checked="" type="checkbox"/> REVISÃO DE PENSÃO |
| <input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO CADASTRAL | <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO DE COTA DE PENSÃO |
| <input type="checkbox"/> 2ª VIA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS | <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO/DESISTÊNCIA DE PENSÃO |
| <input type="checkbox"/> 2ª VIA DE CONTRACHEQUE | <input type="checkbox"/> RESÍDUOS DE PENSÃO |
| <input type="checkbox"/> ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA | <input type="checkbox"/> OUTROS: |

JUSTIFICATIVA:
ATUALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO CONFORME DAP

DATA:
8/12/2016

Maria José Cardoso
ASSINATURA DO REQUERENTE / BENEFICIÁRIO

05 - ATENDIMENTO

EX-SEGURADO: JOSE CARDOSO

Alessandra Fuks
Assistente Previdenciário
ID: 5030816-5
RIOPREVIDÊNCIA

ATENDENTE (ASSINATURA E CARIMBO)

MARIA JOSE CARDOSO
R ESPERANCA 375 CA14
VARG.GRANDE / RIO DE JANEIRO - RJ
22785-590

VENCIMENTO
16/11/2016
Nº DO MEDIDOR
6389014

Cliente
Mais+

Vantagens especiais em:
light.com.br/clientemais

05 B02 525 14 0981

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo n.º: E01/029/105/2016
Data: 9/12/16
Rubrica: 50308165
Fis. 04

Se você ainda não possui sua conta da Light em Débito Automático, faça a adesão na sua agência bancária, na Agência Virtual (www.light.com.br), no Disque-Light (0800-282-0120) ou em nossa Agência de Atendimento.

BANDEIRAS TARIFÁRIAS: FIQUE ATENTO À NOVA REGRA

A partir de 1º de fevereiro/2016, os valores das bandeiras amarela e vermelha serão reduzidos. E a bandeira vermelha terá duas palanques: palanque 1 e 2.

Para mais informações, acesse www.aneel.gov.br

Assim, a nova composição dos valores(*) será

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo, não há cobrança adicional
 - Bandeira amarela: R\$ 1,50 a cada 100 kWh consumidos
 - Bandeira vermelha palanque 1: R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos
 - Bandeira vermelha palanque 2: R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos
- (*) Valor líquido de impostos

Reservado ao Fisco

F2C3 0F5D 8D7F 5A0B CCB9 0B66 269B 2321
Nota Fiscal - Série 01 no 359308
Conta de Energia Elétrica
RE PROC. E-04/053 359/09 - IFE 03
SEPD - Autorização n 08-2005/0006384 9



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA
AV. MAL. FLORIANO 168 RIO DE JANEIRO RJ CEP 20080-002
CNPJ 60.444.437/0001-46
INSC. ESTADUAL 81380 023 INSC. MUNICIPAL 00794678

ENERGIA ATIVA

| Medição Atual | Medição Anterior |
|---------------|------------------|
| Data | Data |
| 03/11/2016 | 05/10/2016 |
| 14041 | 13859 |

| Const. Medidor | Consumo kWh | Nº Dias |
|----------------|-------------|---------|
| 1 | 182 | 29 |

Data da Emissão: 03/11/2016
Data de Apresentação: 08/11/2016

CODIGO DO CLIENTE: 20208871
CODIGO DA INSTALAÇÃO: 0420228714

DESCRIÇÃO

CONSUMO
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMIN. PÚBLICA
JUROS POR ATRASO DE PAGAMENTO
DEBITO RES 414 ART 126-VAR IGP-M
MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO

| CFOP | UNIDADE | QUANT. | PREÇO UNIT. R\$ | VALOR R\$ |
|-------|---------|--------|-----------------|-----------|
| 5 258 | kWh | 182 | 0,71017 | 129,25 |
| 5 258 | kWh | 182 | 0,00203 | 0,36 |
| 0000 | | | | 6,67 |
| 0000 | | | | 1,11 |
| 0000 | | | | 0,19 |
| 0000 | | | | 2,51 |

RIOPREVIDÊNCIA
AGÊNCIA CENTRAL
CONFERE COM O ORIGINAL

08/11/2016

Assinatura e ID do Servidor

Subtotal Faturamento (Veja abaixo)
Subtotal Outros

Após o vencimento haverá multa de 2%, juros e atualização de IGP-M, cobrados em conta posterior (Res. ANEEL nº 414 de 09/09/10 e Lei 10.762 de 11/11/2003)

| Valor da Energia | Valor da Transmissão | Valor da Distribuição | ICMS R\$ | Total da Nota Fiscal R\$ |
|--------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------------|
| 54,65 | 2,30 | 21,17 | 129,61 | *****129,61 |
| Encargos Setoriais | Tributos | Total | Base de Cálculo Aliquota | Valor (já incluído no preço) |
| 21,12 | 30,37 | 129,61 | 18% | 23,34 |
| PIS Aliquota | 0,960% | COFINS Aliquota | 4,460% | |
| R\$ 1,24 | | R\$ 5,77 | | |

Valores já incluídos no preço (PIS - Lei 10.637/02 / COFINS - Lei 10.833/03 / RFB ANEEL vigente)

| Tarifa em R\$/kWh (sem impostos) | Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição |
|----------------------------------|--|
| TUSD + TE | 0,54385 |
| | 0,55885 |
| | 0,57385 |

| | |
|---------|-------------------|
| 0,54385 | Bandeira Verde |
| 0,55885 | Bandeira Amarela |
| 0,57385 | Bandeira Vermelha |

TE - Tarifa de Energia e TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição
MARIA JOSE CARDOSO

AVISO DE CORTE

Até o dia 03/11/2016 não constava em nossos registros o pagamento de qualquer parcela de energia no total de R\$ 135,14 o que implicará no corte do fornecimento de energia, cobrança de multa e inclusão no SERASA e similares. Detalhes anexo.

Classe / Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL

Medidor: TRIFÁSICO

Nº: 6389014

Ref. Mês / Ano: NOV/2016
Referência Bancária: 010069506293
Número da Fatura: 517452519746

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA: 05/12/2016

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS

Disponível: 220/127

Limites mínimo: 202/117 Limites máximo: 231/133

INDICADORES DE QUALIDADE

Mês de referência: Setembro/2016

Conjunto: RECREIO

| Indicadores | Apurado Mensal | Meta Mensal | Meta Trimestral | Meta Anual |
|-------------|----------------|-------------|-----------------|------------|
| DIC | 0,88 | 4,71 | 9,43 | 18,86 |
| FIC | 1,00 | 3,11 | 6,22 | 12,45 |
| DMIC | 0,88 | 2,60 | ... | ... |

DIC - Duração de interrupção individual
FIC - Frequência de interrupção individual
DMIC - Duração máxima de interrupção contínua
DICRI - Duração da interrupção individual em dia crítico

VALOR DO ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:
R\$ 43,23 *

O cliente tem o direito de solicitar a qualquer tempo a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI e também receber uma compensação, caso sejam violadas as metas de continuidade individuais - mensal, trimestral e anual - relativos à unidade consumidora de sua responsabilidade.

ATENÇÃO! AVISO DE CORTE

Até o dia 03/11/2016 não constava em nossos registros o pagamento da(s) conta(s) de energia elétrica e/ou serviço(s) abaixo listada(s), no total de R\$ 135,14

O não pagamento implicará no corte do fornecimento de energia, conforme legislação em vigor, cobrança de multa, juros e atualização pelo IGP-M, inclusive no SERASA e similares, rescisão contratual, após 2 ciclos de faturamento a partir do corte, cobrança, no mínimo, do custo de disponibilidade na conta subsequente ao corte.

Caso já tenha(m) sido paga(s), favor desconsiderar este aviso.

| Mês | R\$ | Vencimento | Mês | R\$ | Vencimento |
|--------|--------|------------|-----|-----|------------|
| OUT/16 | 135,14 | 19/10/2016 | | | |

X NOVEMBRO 2016 - BANDEIRA AMARELA
X OUTUBRO 2016 - BANDEIRA VERDE

VENCIMENTO: 16/11/2016
TOTAL A PAGAR: *****140,09
CÓDIGO DO CLIENTE: 20208871
NOV/2016

83660000001 9 40090053107 2 08318857800 5 10069506293 3



Autenticação Mecânica

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo n.º 5011029/105/2016
Data: 9/12/16 Fls. 05
Rubrica: 50308165

TCE/RJ 302.899-9/17
PROCESSO Nº
Rubrica KR Fls. 05

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
MARIA JOSE CARDOSO

Nº de Inscrição **002259567-80** Data do Nascimento **28/02/67**



RIOPREVIDÊNCIA
AGÊNCIA CENTRAL
CONFERE COM O ORIGINAL:

08/12/2016

50308165
Assinatura e ID do Servidor

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo n.º E01/029/105/2016

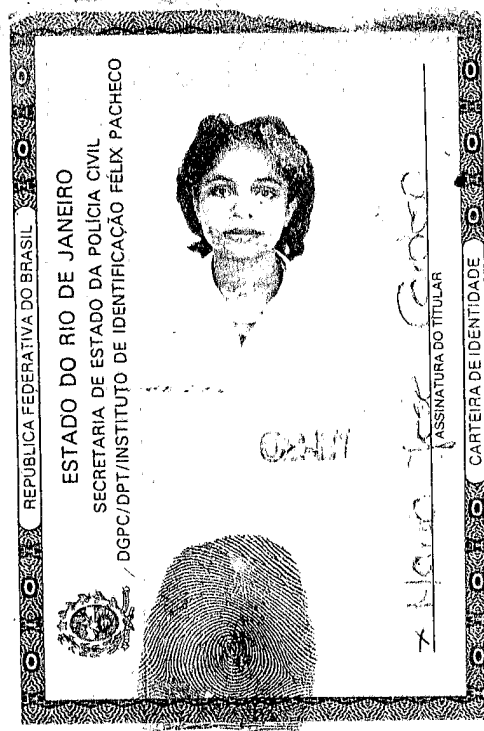
Data 09/12/16 Fls. 06

Rubrica: 302.899-9/17

TCE/RJ 302.899-9/17

PROCESSO Nº

Rubrica 1012 Fls. 06



RIOPREVIDÊNCIA

AGÊNCIA CENTRAL

CONFERE COM O ORIGINAL;

08 / 12 / 2016

302.899-9/17

Assinatura e ID do Servidor

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 07640901-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/07/85

NOME MARIA JOSE CARDOSO

FILIAÇÃO JOSE CARDOSO

OCTAVIA MARINHO CARDOSO

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 28/02/1967

DOC. ORIGEM C.NASC. LIV. J7 FLS 174V

TER. 0010997 C. 12 RIO DE JANEIRO RJ

CNPJ * * * * *

RIO DE JANEIRO, RJ


ASSINATURA DO DIRETOR IVAN MAGALHÃES

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63



TCE/RJ 302.899-9/17
 PROCESSO Nº
 Rubrica *kr* Fls. 07

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E01/029/105/2016
 Data 8/12/16 Fls. 07
 Rubrica: *5308165*

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo nº: E01/029/105/2016
 Data 9/12/16 Fls. 07
 Data de Realização: 12/12/16
 Responsável: *5308165*


 TRIBUNAL DE CONTAS
 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 CARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL
 Nº B1-0138 MAT. 02/0107-3
 Nome JOSÉ CARDOSO
 Naturalidade Rio de Janeiro
 Data Nascimento 30 / 03 / 20
 Filiação Cantidiano Cardoso e
 Felicíssima Tereza de Je-
 sus Cardoso

 VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RIO PREVIDÊNCIA
 AGÊNCIA CENTRAL
 CONFERE COM O ORIGINAL:
 08 / 12 / 2016
5308165
 Assinatura e ID do Servidor


 TRIBUNAL DE CONTAS
 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 CARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL
 Nº B1-0138 MAT. 02/0107-3
 Nome JOSÉ CARDOSO
 Naturalidade Rio de Janeiro
 Data Nascimento 30 / 03 / 20
 Filiação Cantidiano Cardoso e
 Felicíssima Tereza de Je-
 sus Cardoso

 VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 REGISTRO Nº
 0061637- CRC
 de 11.06.75
 CERTIFICADO MILITAR
 RM 1a RES 3a CAT
 Nº 594.541
 TÍTULO DE ELEITOR
 Nº 128824203/96
 ZONA 013 SEÇÃO 0436
 CPF
 041137647-00
 GR SANG. A RH +
 FOTOGRAFIA DIREITA
 Assinatura e ID do Servidor

TCE/RJ 302.899-9/17
 PROCESSO Nº
 Rubrica MR Fls. 08

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
 Processo n.º 601/029/105/2016
 Data 9/12/2016 Fls. 08
 Rubrica: 50308165

DOCUMENTO DE ATUALIZAÇÃO DE PENSÃO – DAP DECRETO Nº 42.532/2010

DADOS FUNCIONAIS DO SEGURADO FALECIDO

01-ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 02-NOME JOSE CARDOSO
 03-CPF 041.137.647-00 04-MATRÍCULA 02/000107/3-8 05-DATA DO ÓBITO 16/01/1997
 06-CARGO NA DATA DO ÓBITO Técnico de Controle Externo 07-CLASSE 5 08-NÍVEL 2500
 09-CARGO ATUALIZADO Analista - Área de Controle Externo 10-CLASSE 2 11-NÍVEL 2500
 12-FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA ATUALIZAÇÃO DO CARGO Lei nº 4.787 de 29/06/06

SITUAÇÃO FUNCIONAL NA DATA DO ÓBITO

13-ATIVO () 14-INATIVO (X)
 15-TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO (EM DIAS): 13998 16-PERCENTUAL ATS (TRIÊNIO): 50%

17-FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA APOSENTADORIA

artigo 26, inciso II, do Decreto-lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e artigo 214, inciso II, do Decreto nº 2.479, de 08 de março de 1979

PARCELAS INTEGRANTES DA REMUNERAÇÃO DO SEGURADO DE MESMO CARGO, CLASSE E NÍVEL E DEMAIS VANTAGENS INDIVIDUAIS DO SERVIDOR FALECIDO

| 18-CÓD RUBRICA | 19-DISCRIMINAÇÃO | 20-VALOR (R\$) . |
|----------------|------------------------|------------------|
| | VENCIMENTO | 9262,72 |
| | GRAT RTI IN | 6,35 |
| | QUINQUENIO INATIVO | 10466,69 |
| | GR CONTROLE EXTERNO IN | 7873,31 |
| | 20% LEI C. 63/90 | 5521,81 |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | 21-TOTAL | 33130,88 |

22-Os valores das parcelas acima têm validade a contar de: 01/07/2014

INDICAÇÃO DAS PARCELAS QUE SERVIRAM DE BASE PARA O CÁLCULO DOS TRIÊNIOS

23-CÓD RUBRICA VENCIMENTO / GR CONTROLE EXTERNO IN

INDICAÇÃO DAS DEMAIS PARCELAS COM VALORES CALCULADOS

| 24-PARCELA CÓD RUBRICA | 25-INCIDÊNCIA % | 26-BASE DE CÁLCULO CÓD RUBRICA |
|------------------------|-----------------|--------------------------------|
| GR CONTROLE EXTERNO IN | 85,00 | VENCIMENTO |
| 20% L.C. 63/90 | 20,00 | SOMA DE TODAS AS PARCELAS |

27-RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

LOCAL E DATA: Rio de Janeiro, 05 / 12 / 2016

Maria de Almeida Pereira
 Coordenadora da Coordenação
 Setorial de Preparo de Pagamento
 Matr. 02/2837/0-5

28-VISTO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO

LOCAL E DATA: Rio de Janeiro, 05 / 12 / 2016

MARCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
 Coordenador-Geral
 Coordenadoria de Recursos Humanos
 Matr. 02/2894/0-7



DOCUMENTO DE ATUALIZAÇÃO DE PENSÃO – DAP DECRETO Nº 42.532/2010

29-OBSERVAÇÕES

Portanto, cabe-nos observar que, à época de seu óbito, o ex-servidor estava enquadrado na categoria funcional de Técnico de Controle Externo, 5. Desde então, o cargo efetivo teve a seguinte evolução:
Lei nº 4.787, de 29/06/2006, Analista - Área de Controle Externo, 2ª Categoria, Índice 2500

TABELA DE ATS (QUINQUÊNIO) – art.28 da Lei 136/61

| Anos | Percentual | Equivalente a |
|---------|------------|---------------|
| 05 anos | 15% | 15% |
| 10 anos | 25% | 26,50% |
| 15 anos | 35% | 39,15% |
| 20 anos | 40% | 46,10% |
| 25 anos | 45% | 53,41% |
| 30 anos | 50% | 61,08% |

Através de decisão do Conselho Superior de Administração, constante do Processo TCE nº 300.755-5/13, a Gratificação de Controle Externo foi estendida a todos os servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, a partir de 01/05/2013. A partir de 01/03/2014, a referida Gratificação corresponde a 85% do vencimento.

OBS: De acordo com o art. 37, XI da Constituição Federal combinado com a Lei 13.091/15, o limite remuneratório aplicado neste Tribunal, a partir de 1º de janeiro de 2015, é de R\$ 30.471,11.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Rioprevidência

TCERJ 302.899.9/17
PROCESSO Nº
Rubrica 102 Fls. 09

Serviço Público Estadual

Processo nº: E-01/029/105/2016

Data: 09/12/2016 Fls: 09

Rubrica: 50308165

Boletim de implantação

Mês da implantação: dez-16

Dados do ex segurado

| | | | |
|------------------|--------------|--------------------|----------|
| Nome: | JOSE CARDOSO | | |
| Matricula: | 50693263 | | |
| Dados Cadastrais | | Dados Financeiros | |
| CPF: | 041137647-00 | Venc./Prov./Soldo: | 9262,72 |
| Obito: | 16/01/1997 | Cargo comissão: | 0 |
| Orgão: | 100 | Triênio: | 10466,69 |
| | | Direito Pessoal: | 0 |
| | | Produtividade: | 0 |
| | | Outras Vantagens: | 13401,47 |

Dados Cadastrais do Beneficiário

| | | | |
|------------------|--------------------|----------------|----------|
| Nome: | MARIA JOSE CARDOSO | | |
| CPF: | 002259567-80 | I.D. Funcional | 13496387 |
| Perc. Inscrição: | 100,000% | | |

Dados Financeiros

| | | | | | |
|-------------|----------|-----|---------|----|-----------|
| Incidência: | 1 Verba: | 137 | Pensão: | RS | 33.130,88 |
|-------------|----------|-----|---------|----|-----------|

Implantação na Folha de Pagamentos

09/12/2016

Por:

Alessandra Fuks
Assistente Previdenciário
ID: 5030816-5
RIOPREVIDÊNCIA

(carimbo e assinatura)

TCE/RJ 302.899-9/17
 PROCESSO Nº
 Rubrica *KR* Fls. 10



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/ 029/ 105/ 2016

Data: 9/12/2016 Fls. 10

Rubrica: *JO* ID: 50308165

Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
 Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

[05198250716] - SIGRH-RJ - Tauocallg-04

Arquivos Histórico Funcional Vagas Treinamento Medicina e Segurança Concursos Processos Tabelas Outros Módulos Janela

RIOPREV_PENSOES

SIGRH Instituidor de Pensão

Instituidor de Pensão Documentos Dados Adicionais Dados Financeiros Rateio Resumo

Identidade Funcional: 50893263 JOSE CARDOSO Vínculo: 1

Regime: LEIS DE PENSÃO Categ.: TCE Exercício: 15/01/1997 Situação: FALCIDO

Origem: GOV_ESTADO_RJ U.Adm.: 390000000000997 - FALCIDOS-FINANC-RIOPREVIDENCIA PENSOES - Plano: RIOPRE

| Nº Pens | Nome Pensionista | Tipo de Beneficiário | - Cotistas - | | | Todas as Vigências | | | Diverge | |
|---------|--------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------|---------|------------|-----------|--------------------------|
| | | | Vlr | Par | Sal | Dt. Início | Dt. Fim | Percentual | | Valor |
| | MARIA JOSE CARDOSO | FILHA MAIOR | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 09/12/2016 | | 100,0000 | 33.130,88 | <input type="checkbox"/> |
| | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | | <input type="checkbox"/> |
| | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | | <input type="checkbox"/> |
| | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | | <input type="checkbox"/> |
| | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | | <input type="checkbox"/> |
| | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | | <input type="checkbox"/> |
| | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | | <input type="checkbox"/> |
| | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | | | | <input type="checkbox"/> |

Alessandra Fuks
 Assistente Previdenciária
 ID: 6030816-5
 RIOPREVIDENCIA

TCE/RJ 302.844-9/17
PROCESSO Nº
102 Fls. 11



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029/105/2016

Data: 9/12/16 Fls. 11

Rubrica: ID: 50308165

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

[05198250716] - SIGRH-RJ - Tauoca11g-04]

Arquivos Histórico Funcional Vagas Treinamento Medicina e Segurança Concursos Processos Tabelas Outros Módulos Janela

IOOPREV_PENSOES

SIGRH Instituidor de Pensão

Instituidor de Pensão Documentos Dados Adicionais Dados Financeiros Rateio Resumo

Identidade Funcional: 50693263 JOSE CARDOSO Vínculo:1

Atributo: DADOS FINANC INSTIT Data Início: 09/12/2016 Data Final:

| | |
|-----------------------|-----------|
| Venc./Prov./Soldo | 9.252,72 |
| Cargo Com./Func. Grat | |
| Adic. Tempo Serviço | 10.466,69 |
| % Trânsito | |
| Dir. Pessoal | |
| Produtividade | |
| Tot. Outras Vantagens | 13.401,47 |

Observações: REVISÃO DE PENSÃO FEITA DE ACORDO COM O DAP ACOSTADO NO PROCESSO E-01/029/105/2016, EM 09/12/2016

Alessandra Fuks
Assistente Previdenciário
ID: 50308165
RIOPREVIDÊNCIA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Rioprevidência

TCE/RJ 302.899-9/17
PROCESSO Nº
Rubrica 102 Fls. 12

Serviço Público Estadual

Processo nº: E-01/029/105/2016

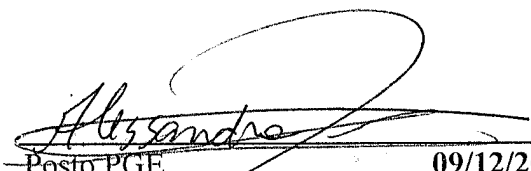
Data: 09/12/2016 Fls: 12

Rubrica: 50308165

À CAU

Procedemos à revisão de pensão em nome do ex-segurado JOSE CARDOSO
I.D. 50693263 de acordo com o boletim de fls 09.
Encaminhando para providências quanto à finalização do processo.

. Implantação: dezembro-16


Posto PGE 09/12/2016
ALESSANDRA FUKS
Supervisor PGE/TCE/DPGE
ID 50308165



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº E-01/029/105/2016

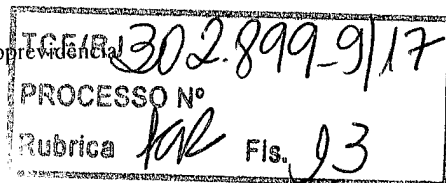
Data: 09/12/16

Fls. 3

Rubrica:

ID. 44247842

À GBE,



Trata-se de pedido de revisão de pensão do ex-servidor JOSE CARDOSO que pertencia ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Coordenadoria para a análise e auditoria da revisão realizada pela unidade de atendimento.

Através do Documento de Atualização de Pensão- DAP às folhas 08, o TCE informou dados funcionais, parcelas, valores, vantagens bem como a fundamentação legal da remuneração do ex-servidor.

Ao analisar os valores preenchidos é identificado que na parcela QUINQUENIO INATIVO foi calculada com base na tabela do documento verso (Tabela de Ats-quinquênio), utilizando o percentual do tempo de serviço do quinquênio equivalente a 30 anos- 61,08% , aplicando sobre o vencimento.

A lei nº 1608/ 90, Art 6º que altera o Art 2º da Lei 1522/ 89, dispõe o regime adicional por tempo de serviço limitando a um máximo de 11 triênios, ou seja, 60%.

Na estrutura remuneratória do TCE, o quinquênio é calculado sobre o vencimento- base adicionado por tempo de serviço anterior ('efeito cascata'), valores de 15% a 50% e o valor do triênio é compreendido de 10% a 60%. Mas há de se observar que na equivalência de tais parcelas, no caso do percentual ser de 50% de triênio o quinquênio será de 61,08%, ultrapassando os 60%.

Diante do exposto segue o presente para análise e solicito orientação de como proceder.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

Monica da Silva Alves
Coordenadoria de Auditoria
Coordenadora

44247842

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-01/029/105 2016

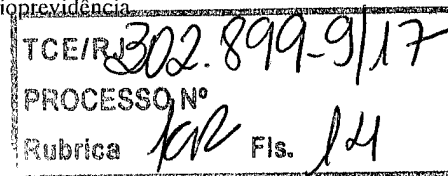
Data: 07/12/16

Fls. 14

Rubrica: ID. 44057776

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

A DSE,



O presente processo versa sobre a revisão de pensão realizada pelo Posto do TCE cujo instituidor é o ex-servidor Sr. José Cardoso, técnico de controle externo do Tribunal de Contas do Estado.

No Documento de Atualização de Pensão (DAP) à fl. 08v consta a tabela de quinquênio que para o servidor com mais de 30 anos de serviço corresponde a 61,08%. Tendo em vista a Lei 1608/90 em seu art. 6º que altera o art. 2º da Lei 1522/89 que dispõe sobre o adicional por tempo de serviço ser limitado a 60%, solicitamos o entendimento desta Diretoria quanto à aplicabilidade deste dispositivo legal neste caso.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2017.

Rachel Mercedes Penha de Castro
Gerente de Benefícios e Auditoria
Rioprevidência
ID 4405777-6

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

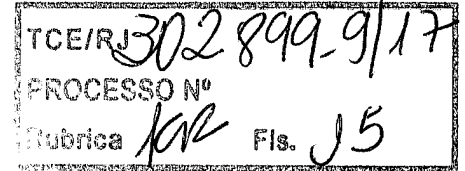
Processo nº E-01/029/105/2016

Data: 09/12/16

Fls: 15

Rubrica:  ID: 5014009-4

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

À DJU,

Trata-se o presente de consulta encaminhada pela Gerência de Benefícios a esta Diretoria de Seguridade quanto ao percentual de quinquênio aplicado na estrutura remuneratória do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

No caso em tela, foi realizada pelo Posto TCE uma revisão no benefício instituído pelo ex-servidor José Cardoso, pertencente ao quadro de pessoal da Egrégia Corte de Contas, com base no Documento de Atualização de Pensão – DAP, à fl. 08.

Posteriormente o presente foi enviado a Coordenadoria de Auditoria para verificação e auditoria da revisão realizada. Após a devida análise, foi identificado que a parcela QUINQUÊNIO INATIVO foi calculada com base na tabela constante no verso do DAP fornecido à fl. 08, o que gerou questionamento pela Coordenadoria quanto aos percentuais de quinquênio e triênio utilizados pelo TCE.

A Lei nº 1608/90 em seu art. 6º que altera a Lei nº 1.522/89, dispõe que o regime adicional de tempo de serviço está limitado a 11 triênios, ou seja, um percentual de 60%. Porém em tabela informada pelo órgão através do Documento de Atualização de Pensão (DAP) às fls. 08 e 08v, com base no art. 28 da Lei nº 136/61, caso o servidor alcance 30 anos de tempo de serviço, terá direito a um percentual de quinquênio de 50%, o que equivale a um percentual de triênio de 61,08%, ultrapassando os 60%.

Ante o exposto, solicita-se orientação desta Diretoria Jurídica em como proceder, quanto à aplicabilidade dos referidos dispositivos legais, tendo em vista o princípio da irredutibilidade de benefícios previdenciários e a continuidade dos procedimentos adotados por esta Instituição.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2017.

Reges Moisés dos Santos

Diretor Presidente

ID 4384996-2

Folha 1 de 1



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-01629.105/201
Data: 09/12/16 Fls. 16
Rubrica: *q* ID: 50765140

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

DESPACHO

À CCN:

TCE/RJ 302.899-9/17
PROCESSO Nº
Rubrica *KR* Fls. 16

Para análise.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2017.

[Assinatura]
Maria Luísa de Magalhães Barbosa
Procuradora do Estado
Diretora Jurídica



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

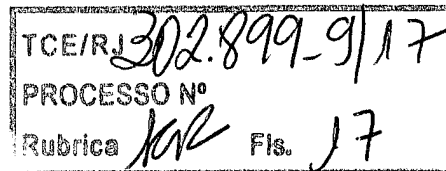
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/2016 Fls. 17

Rubrica:  ID 5076514-0

Ao TCE/RJ.



Trata-se de consulta formulada pela i. Diretoria de Seguridade - DSE do Rioprevidência quanto à legalidade do percentual de 61,08% de Adicional por Tempo de Serviço nos proventos da pensão da Sra. Maria Jose Cardoso, conforme apresentado na tabela de refixação (transposição) do percentual de “quinqüênios” para “triênios” no verso do DAP (fls. 08).

Na hipótese, o Adicional por Tempo de Serviço a que fazia jus o ex-servidor, enquanto ativo, era regido pelo art. 28, da Lei estadual nº 136/1961, na forma de quinqüênios, incidente sobre o vencimento-base e outras parcelas. Conforme o DAP (fls. 08), o servidor fazia jus ao percentual de 50% de quinqüênios.

O questionamento da DSE encontra fundamento na legislação que regulamentou o Adicional por Tempo de Serviço na forma de “triênios” (o art. 2º da Lei Estadual nº 1.522/89, com redação dada pelo art. 6º da Lei Estadual nº 1.608/90), da qual se detrai um percentual máximo de 60%, o qual deve incidir exclusivamente sobre o vencimento-base, em obediência ao art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal.

Assim, solicita-se esclarecer a forma de cálculo utilizada na refixação (transposição) do Adicional por Tempo de Serviço do instituidor da pensão, Jose Cardoso, de

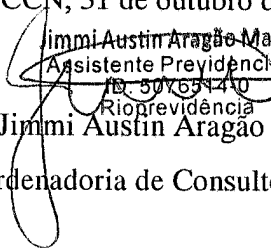
Folha 1 de 2



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

“quinqüênios” para “triênios”, constante da tabela no verso do DAP (fls. 08), e a motivação para aplicação de percentual superior a 60%, incidente sobre “VENCIMENTO” + “GR CONTROLE EXTERNO IN”.

CCN, 31 de outubro de 2017.


Jimmi Austin Aragão Martins
Assistente Previdenciário
Id. 50765440
Rioprevidência

Jimmi Austin Aragão Martins
Coordenadoria de Consultoria Jurídica

Folha 2 de 2

| | |
|-------------|--------------|
| TCE/RJ | 302.899-9/17 |
| PROCESSO Nº | |
| Rubrica | 18 |


À (ao)

SGA

O presente processo encontra-se em condições de prosseguimento.


SPI, 10 de novembro de 2017.


Giancarlo Silva Lacerda
Chefe do Serviço de Protocolo Interno
Matr. 02/2937


Lucimar Alves Areas
Assistente-SPI/TCE
Matr. 02/3140

De ordem,
À CRH, para as devidas providências

SGA 10 / 11 / 17.

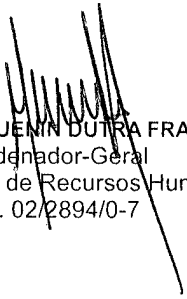

SANDRA MAYER CASADO HARTL
Assessora-SGA
Matrícula nº 02/004493/0-9

Sra. Coordenadora da COP,

Encaminho o presente para atender ao pedido de esclarecimentos formulado pelo Rioprevidência acostado às fls. 17/17v, atinente ao **DAP** emitido pelo tribunal (fls. 08/08v) a favor do ex-servidor JOSÉ CARDOSO, matrícula nº 0/107/3-8.

Posteriormente, que os autos retornem a esta Coordenadoria.

CRH, 13 de novembro de 2017.


MÁRCIO HUGUEMIR DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

À CRH,

Em resposta ao RIOPREVIDENCIA, informamos que o acréscimo de vencimento sob o regime de quinquênio é **incorporado ao vencimento**, por força do art.28, § 1º, da Lei 136/61, gerando um efeito cascata, onde a cada cinco anos o percentual determinado na tabela de adicional (transcrita no verso do DAP) incide sobre o valor do vencimento, acrescido dos quinquênios já incorporados, conforme abaixo exposto:

TABELA DE ATS (QUINQUÊNIO) – art.28 da Lei 136/61

| Anos | Percentual | Equivalente a |
|---------|------------|---------------|
| 05 anos | 15% | 15% |
| 10 anos | 25% | 26,50% |
| 15 anos | 35% | 39,15% |
| 20 anos | 40% | 46,10% |
| 25 anos | 45% | 53,41% |
| 30 anos | 50% | 61,08% |

Quanto ao último parágrafo da citação do RIOPREVIDENCIA, esclarecemos que não há transposição de quinquênios para triênios. Os servidores que foram efetivados antes da vigência da Lei 1608/90, continuaram a perceber o adicional por tempo de serviço sob a forma de quinquênios e só os que entraram posteriormente passaram a receber triênios. Assim, como no regime de quinquênios é aplicado o efeito cascata, como previsto na lei própria, o adicional por tempo de serviço destes servidores (ativos, inativos e pensionistas) chega ao percentual final de 61,08%.

COP, 13 / 12 / 2017


MARISADE ALMEIDA PEREIRA

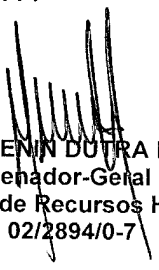
Coordenadora

Coordenadoria Setorial de Preparo de Pagamento

Matr. 02/28374/0-5

À SGA, com vistas ao RIOPREVIDÊNCIA, considerando o exposto pela COP, fl.20.


CRH, 14 de dezembro de 2017.

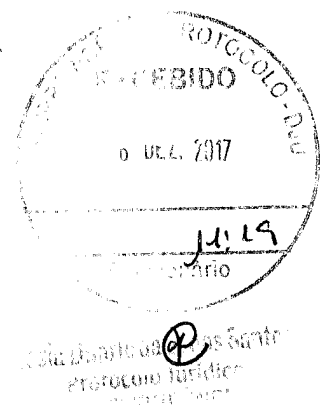
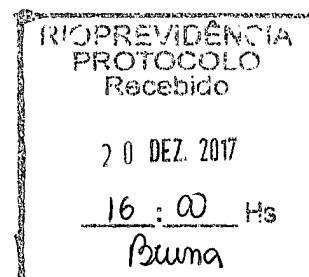

MARCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

De ordem,

Ao **RIOPREVIDÊNCIA**, em devolução, após o atendimento (fl. 20) ao solicitado por esse r. Fundo.

SGA, 18 de dezembro de 2017.


SABRINA CAETANO BARONE
Assessora - SGA
Matr. 02/3686/0-5





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 23

Rubrica ID 5076514-0

Parecer/RIOPREV/CCN n.º 001/2018 - JARS

TCE/RJ

PROCESSO Nº 302.899.9/17

Rubrica Fls. 23

EMENTA: Direito Previdenciário. Pensão. Adicional por Tempo de Serviço. Quinquênio. Triênio. Limite Percentual. Sistemática de Cálculo. Ilegalidade. Incidência do Art. 37, XIV, da CRFB/88. “Efeito cascata”. Inconstitucionalidade.

Sra. Diretora Jurídica,

Trata-se de consulta formulada pela i. Diretoria de Seguridade - DSE quanto à legalidade da aplicação do percentual de 61,08% a título de Adicional por Tempo de Serviço - ATS no cálculo dos proventos da pensão instituída em razão do óbito do ex-servidor Jose Cardoso (que era vinculado ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ), falecido em 16/01/1997.

Em 08/12/2016, a pensionista Maria Jose Cardoso requereu revisão de pensão (fl. 03), a qual foi implantada na folha de pagamento em 09/12/2016, conforme Boletim de Implantação de fls. 09 e tabelas de fls. 10/11, com base no Documento de Atualização de Pensão – DAP fornecido pelo TCE/RJ (fl. 8/8v).

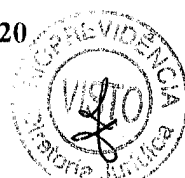
Referido DAP ostenta as verbas que compõem a pensão, entre elas vencimento-base, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e outras vantagens. No DAP, o Adicional por Tempo de Serviço – ATS aparece sob a rubrica “QUINQUÊNIO INATIVO”, relativo ao ATS estabelecido originalmente na forma de quinquênios para os servidores efetivos do TCE/RJ, nos termos do art. 28 da Lei Estadual nº 136/1961.

Com a edição da Lei Estadual nº 1.522/1989 (posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 1.608/1990), o ATS de todo o funcionalismo público estadual passou a ser

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 1 de 20



contado sob a forma de triênios - com limitação de até 11 triênios, que perfazem um total de 60% de ATS.

No entanto, o DAP apresenta em seu verso uma tabela de conversão dos percentuais de quinquênios em percentuais de triênios, para fins de adequação da rubrica à legislação mais recente, em que se atribui à pensão um percentual de 61,08% de ATS na forma de triênios.

Assim, o questionamento trazido pela DSE repousa na dúvida quanto à legalidade da fixação do ATS em percentual superior ao limite estabelecido pela lei que instituiu os triênios – fixação do ATS em 61,08%, quando a limitação é 60%.

Às fls. 17/17-v, esta Coordenadoria de Consultoria Jurídica questiona o TCE/RJ a respeito da forma de cálculo da refixação (transposição) dos percentuais de Adicional por Tempo de Serviço, de “quinquênios” para “triênios”, constante da tabela no verso do DAP, e a motivação para aplicação de percentual superior a 60%, incidente sobre a base de cálculo “VENCIMENTO” + “GR CONTROLE EXTERNO IN”.

À fl. 20, o TCE/RJ responde que “o acréscimo de vencimento sob o regime de quinquênio é incorporado ao vencimento, por força do art. 28, § 1º, da Lei 136/61, gerando um efeito cascata, onde a cada cinco anos o percentual determinado na tabela de adicional (transcrita no verso do DAP) incide sobre o valor do vencimento, acrescido dos quinquênios já incorporados. (...)”

Aduziu ainda o TCE/RJ que: “não há transposição de quinquênios para triênios. Os servidores que foram efetivados antes da vigência da Lei 1608/90, continuaram a perceber o adicional por tempo de serviço sob a forma de quinquênios e só os que entraram posteriormente passaram a receber triênios. Assim, como no regime de quinquênios é aplicado o efeito cascata, como previsto na lei própria, o adicional por tempo de serviço destes servidores (ativos, inativos e pensionistas) chega ao percentual final de 61,08%.”

É o relatório. Passo, pois, à fundamentação.

JAAM

Folha 2 de 20

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

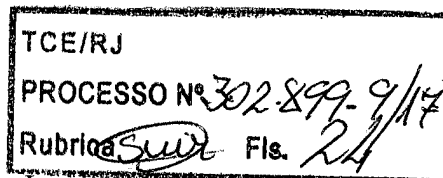
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 24

Rubrica ID 5076514-0

1. Do Adicional por Tempo de Serviço. Distinção entre o Quinquênio e o Triênio.



O direito dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro ao Adicional por Tempo de Serviço é muito antigo, e encontrava previsão legal em normas esparsas, as quais regulamentavam referido direito a categorias isoladas ou grupos de categorias, assumindo diferentes formas – anuênios, triênios, quinquênios, entre outras.

Este é o caso do ATS a que fazia jus o ex-servidor José Cardoso, o qual era estabelecido sob a forma de quinquênio (a cada cinco anos de efetivo exercício o servidor faria jus a um percentual incidente sobre a remuneração), para os servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado, com espeque no art. 28 da Lei nº 136/1961, veja:

Art. 28. Os funcionários efetivos do Tribunal de Contas terão os seguintes acréscimos de vencimentos por tempo de efetivo serviço público:

5 anos – 15%

10 anos – 25%

15 anos – 35%

20 anos – 40%

25 anos – 45%

30 anos – 50%

§ 1º. – O acréscimo de vencimento de que trata este artigo incorporar-se-á ao vencimento;

O ex-servidor preencheu todos os requisitos para a percepção do ATS em seu percentual máximo, alcançando percentual de 50% a título de quinquênio, como consta no DAP, incorporando o ATS na vigência da referida lei.

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 3 de 20



No entanto, num aparente esforço de uniformização e simplificação da estrutura remuneratória do funcionalismo público estadual, foram editadas as leis estaduais nºs 1.258/87, 1.489/89, 1.522/89 e 1.608/90, as quais estabeleceram o ATS na forma de triênios (aumentos percentuais incidentes sobre o vencimento, a cada três anos de efetivo exercício).

A Lei Estadual nº 1.258/87¹ estabeleceu o Adicional de Tempo de Serviço sob a forma de triênios para todo o funcionalismo público civil ativo. A Lei Estadual nº 1.489/89² estendeu aos servidores civis inativos do Estado o ATS sob a forma de triênios.

Em seguida, o direito dos servidores civis efetivos do Estado do Rio de Janeiro ao ATS adquiriu *status* constitucional com a promulgação da Carta Política Estadual, tendo previsão expressa no art. 83, inciso IX, da CERJ, “*verbis*”:

Art. 83 - Aos servidores públicos civis ficam assegurados, além de outros que a lei estabelecer, os seguintes direitos: (...)

IX - incidência da gratificação adicional por tempo de serviço sobre o valor dos vencimentos;

Com a edição da Lei Estadual nº 1.522/1989³, o ATS passou a ser estruturado na forma de triênios para todos os servidores efetivos - ativos, inativos e, consequentemente, pensionistas, em razão da regra da paridade.

¹ Art. 1º - O regime de adicional por tempo de serviço, para todo o funcionalismo público civil ativo do Estado do Rio de Janeiro, será o de triênios, sendo o primeiro de 10% (dez por cento) e os demais de 5% (cinco por cento), calculados sobre o vencimento base, limitada a vantagem em 9 (nove) triênios.

Art. 2º - Será computado, para efeito da concessão do adicional por tempo de serviço de que trata a presente Lei, o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, na Administração Direta ou Indireta, e o tempo de serviço.

² Art. 1º - Fica estendido para todo o funcionalismo público civil inativo do Estado do Rio de Janeiro o regime de que trata a Lei nº. 1258, de 16 de dezembro de 1987, relativa ao adicional por tempo de serviço.

³ Art. 2º - O regime de adicional por tempo de serviço para todo o funcionalismo civil do Estado do Rio de Janeiro, ativo ou inativo, será o de triênio, sendo o primeiro deles equivalente a 10% (dez por cento) e os demais a 5% (cinco por cento), limitados a um máximo de 9 (nove) triênios.

JAAM

Folha 4 de 20

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 25

Rubrica ID 5076514-0

Mencionado diploma legal foi posteriormente alterado pela Lei Estadual nº 1.608/1990, que disciplinou o direito ao ATS em seus artigos 6º e 7º, nos seguintes termos:

Art. 6º - O artigo 2º da Lei nº 1522, de 13 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação, suprimido o seu parágrafo único:

“Art 2º - O regime de adicional por tempo de serviço para todo o funcionalismo civil e militar do Estado do Rio de Janeiro, ativo ou inativo, na forma da legislação vigente, será o de **triênio**, sendo o **primeiro deles equivalente a 10% (dez por cento), limitados a um máximo de 11 (onze) triênios.**”

Art. 7º - À excessão da refixação do percentual correspondente ao adicional por tempo de serviço, a depender de efetiva apuração desse tempo de serviço por época da aposentação, os efeitos pecuniários decorrentes da presente Lei independente de qualquer requerimento, por parte dos inativos, ou apostila, esta igualmente dispensável relativamente aos funcionários ainda em atividade. (grifos meus)

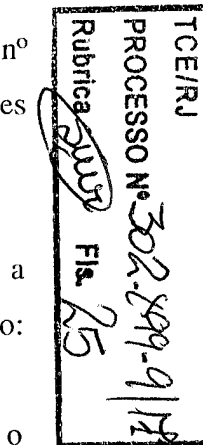
Explicando melhor o texto da lei, o primeiro triênio equivale a 10 % e os demais triênios são de 5 % a cada 3 anos de efetivo exercício, totalizando o máximo de 11 triênios, alcançando o percentual máximo de 60 %, conforme a tabela abaixo:

Parágrafo único - O valor da vantagem prevista no caput acompanhará as majorações remuneratórias na proporção da referida base de cálculo.

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 5 de 20



| Tempo de Serviço | Percentual de ATS - Triênio |
|------------------|-----------------------------|
| 03 anos | 10% |
| 06 anos | 15% |
| 09 anos | 20% |
| 12 anos | 25% |
| 15 anos | 30% |
| 18 anos | 35% |
| 21 anos | 40% |
| 24 anos | 45% |
| 27 anos | 50% |
| 30 anos | 55% |
| 33 anos | 60% |

Assim, como visto acima, o ATS sob a forma de quinquênios tem um limite percentual de 50% (Lei Estadual 136/61, art. 28), ao passo que o ATS sob a forma de triênios tem um limite percentual de 60% (Lei Estadual 1.608/90, art. 6º).

Ademais, como visto no art. 7º da Lei Estadual nº 1.608/1990 - que tem redação um tanto confusa, diga-se - o ATS dos servidores públicos civis efetivos estaduais, ativos inativos e pensionistas, deveria ter sido transformado da forma de cálculo anterior para a nova forma de cálculo, sob a forma de triênios, independentemente de requerimento ou apostila. Como se verá mais adiante, não foi o que o TCE/RJ fez no presente caso.

2. Das bases de cálculo do Quinquênio e do Triênio. Da vedação ao “efeito cascata” – CF/88, art. 37, inciso XIV.

Os percentuais de ATS tratados nas legislações acima – Lei Estadual nº 136/61, e Lei Estadual nº 1.608/90 - incidem sobre bases de cálculo distintas.

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 6 de 20





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 26

Rubrica ID 5076514-0

O quinqüênio incide sobre o vencimento-base, sendo-lhe incorporado cada acréscimo que era adquirido ao longo do tempo (Ver §1º, do art. 28, da lei nº 136/1961). Ou seja, a base de cálculo do quinquênio incluiu além do vencimento-base, os adicionais por tempo de serviço anteriormente incorporados, exsurgindo o conhecido “efeito cascata”.

Além disso, era possível que outras verbas sob outros títulos ou rubricas, como outros adicionais e gratificações calculados em percentuais do vencimento-base – como é o caso da Gratificação de Controle Externo dos servidores efetivos do TCE/RJ, que é calculado no percentual de 85% do vencimento básico - integrassem a base de cálculo do quinquênio.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, sobreveio a proibição do cômputo ou acúmulo dos acréscimos pecuniários percebidos por servidor público para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, nos termos da redação original do art. 37, inciso XIV.

Deste modo, a nova ordem constitucional vedou a inclusão de percentuais de Adicional por Tempo de Serviço, anteriormente incorporados, na base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço, o que configura a concessão de “acréscimos ulteriores” - também conhecida como “percentual sobre percentual”, “efeito repique” ou “efeito cascata.”

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 19/98 alterou o inciso XIV do art. 37, excluindo a expressão “*sob o mesmo título ou idêntico fundamento*” de sua redação.

Assim, ficou vedada também a inclusão de verbas sob outros títulos ou rubricas (como adicionais e gratificações) na base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 7 de 20



TCE/RJ
PROCESSO Nº 308.899-9/17
Rubrica 308.899-9/17
Fls. 26

- como é o caso da Gratificação de Controle Externo dos servidores efetivos do TCE/RJ -, pondo fim ao “efeito cascata” *em todas as suas formas*.

Vale destacar que o artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT determinou que “os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.”

Neste diapasão, os comandos emanados tanto na redação original do inciso XIV do art. 37 da CF/88, quanto na redação modificada pela EC 19/98, foram revestidos de eficácia plena e aplicabilidade imediata, devendo a Administração Pública efetuar de pronto as alterações na remuneração dos servidores impostas pelo texto constitucional, de maneira a modificar as situações constituídas sob o regime jurídico anterior.

Dito de outra forma, o ATS deverá incidir apenas sobre o vencimento-base do cargo, excluindo-se qualquer outra vantagem da base de cálculo, ainda que anteriormente incorporadas aos vencimentos / proventos.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal consagrou jurisprudência, de natureza quase principiológica, segundo a qual “não há direito adquirido a regime jurídico”, conforme se vê no sucinto julgado abaixo:

EMENTA: Direito adquirido: não o tem o servidor público à permanência de determinado regime jurídico atinente à composição de vencimentos ou proventos, desde que mantida a irredutibilidade da remuneração total.

(RE 210455, STF, 1ª Turma, Relator(a) Min. ILMAR GALVÃO, julgado em 14.03.2000)

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 8 de 20





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 27

Rubrica ID 5076514-0

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em diversos casos, e no mesmo sentido dos Tribunais Superiores, já decidiu pela inconstitucionalidade do conhecido “efeito cascata”, por violação ao art. 37, inc. XIV, da CRFB/88, conforme se detrai do julgado abaixo colacionado:

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, XIV DA CF. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (TRIÊNIOS). LEI ESTADUAL Nº 1.258/87. VENCIMENTO BASE. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DOS TRIÊNIOS TAMBÉM SOBRE PARCELAS DE DIREITO PESSOAL INCORPORADAS (CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS). SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA POR ESTA QUARTA CÂMARA CÍVEL. RETORNO DOS AUTOS PARA ANÁLISE A RESPEITO DA RETIFICAÇÃO OU NÃO DO JULGADO, ANTE O RE Nº 563.708/MS, JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-B DO CPC. HIPÓTESE SUB JUDICE QUE NÃO SE AMOLDA AO JULGADO REPETITIVO PARADIGMA, NA MEDIDA EM QUE NÃO HÁ, NO CASO CONCRETO, OFENSA A IRREDUTIBILIDADE DE SUBSÍDIOS (ART. 37, XV DA CF), PREMISSA CENTRAL DAQUELE RECURSO EXTRAORDINÁRIO, DIANTE DA INEQUÍVOCA PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL ACERCA DO EFEITO CASCATA, OU SEJA, A VEDAÇÃO DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DE ACRÉSCIMO PECUNIÁRIO DERIVADO DE ACRÉSCIMOS ULTERIORES. RATIFICAÇÃO DO VOTO PRIMITIVO. (grifos meus)

(APELAÇÃO 00271114420068190001, TJRJ, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Relator: MYRIAM MEDEIROS DA FONSECA COSTA, Data de Julgamento: 29/04/2015, Data de Publicação: 04/05/2015)

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 9 de 20



TCERJ
PROCESSO Nº 302.899.911/2016
Rubrica
Fls. 27

Em caso bem similar ao que está em análise, o TJRJ decidiu pela inconstitucionalidade da incorporação do Adicional por Tempo de Serviço na base de cálculo, para fins de concessão de vantagens ulteriores, veja:

AGRAVO INOMINADO. APELAÇÃO CÍVEL. PRODERJ. LEI 3834/02. PROGRESSÃO POR CRITÉRIO DE TEMPO DE SERVIÇO. DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJRJ DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA. EFEITO EM CASCATA. 1. O Órgão Especial deste Tribunal julgou procedente o Incidente de Inconstitucionalidade nº 2008.017.00016, diante da violação ao artigo 37, XIV, da CRFB, que veda o chamado "efeito em cascata". Aplicação do artigo 103 do RITJRJ. 2. Do cotejo entre a norma constitucional paradigma e a norma objeto de apreciação decidiu o Órgão Especial pela inconstitucionalidade material da norma do artigo 11, § 3º da Lei 3834/02, que utilizou o critério tempo de serviço para majoração na remuneração do servidor, bem como para fins de concessão da gratificação por tempo de serviço. 3. Assim, o tempo de serviço está beneficiando duplamente o servidor, não só com a majoração do vencimento, mas, também, pela concessão da gratificação conhecida como "triênio", que terá como base de cálculo a remuneração já majorada pela progressão, ensejando um bis in idem constitucionalmente vedado. Precedentes desta Corte. 4. Negado provimento ao recurso. (grifos meus)

(TJ-RJ - APL: 00800896120078190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 7 VARA FAZ PUBLICA, Relator: JOSE CARLOS PAES, Data de Julgamento: 18/11/2009, DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/11/2009)

O Superior Tribunal de Justiça também firmou sua jurisprudência no mesmo sentido, como se vê no julgado abaixo:



JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 10 de 20

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

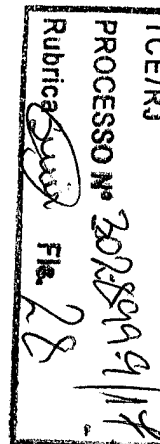
Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 28

Rubrica ID 5076514-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LEI ESTADUAL Nº 2.157/2000 DE MATOGROSSO DO SUL. ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 1.102/90. ADEQUAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). INCIDÊNCIA EXCLUSIVA SOBRE O VENCIMENTO BASE. LEGALIDADE. AFASTAMENTO DA SUPERPOSIÇÃO DE VANTAGENS (EFEITO CASCATA). OBEDIÊNCIA AO ART. 37, XIV, DA CF. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO E DE VENCIMENTOS. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE VENCIMENTAL. 1. Este Tribunal Superior possui jurisprudência firmada no sentido de não possuir o servidor público direito adquirido a regime jurídico, tampouco a regime de vencimentos ou de proventos, sendo possível à Administração promover alterações na composição remuneratória e nos critérios de cálculo, como extinguir, reduzir ou criar vantagens ou gratificações, instituindo, inclusive, o subsídio, desde que não haja diminuição no valor nominal percebido, em respeito ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos. 2. É vedada a superposição de vantagens pecuniárias de servidores públicos, segundo estatui o art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal. Assim, uma dada gratificação ou adicional não pode ter como base de cálculo o vencimento básico acrescido de outras vantagens remuneratórias, mesmo que incorporadas, de forma a evitar, pois, o indesejado *bis in idem*. 3. Não há falar em ilegalidade do ato administrativo que erradica o "efeito cascata" ou o "repicão", tornando o sistema remuneratório do servidor público harmônico com os preceitos constitucionais, como dispõe o art. 17 do ADCT. 4. Esta Corte Superior possui entendimento pacificado no sentido de que o adicional por tempo de serviço deve incidir

**JAAM**

Folha 11 de 20



exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor público, não podendo ser englobadas, na base de cálculo, outras vantagens, inclusive as de caráter permanente. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (grifos meus)

(STJ - AgRg no RMS: 30028 MS 2009/0141897-0, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 25/09/2012, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/10/2012)

Como dito, o próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a correta interpretação do inciso XIV, do artigo 37, da CRFB/88, seguindo a posição do STJ acima exposta, no sentido de que não existe direito adquirido do servidor público a regime jurídico-administrativo, vedando-se a forma de cálculo que possibilitasse o “efeito cascata”, veja:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À REGIME JURÍDICO. BASE DE CÁLCULO DE VANTAGENS PESSOAIS. EFEITO CASCATA: PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DOS VENCIMENTOS. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS. RECURSO AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

(RE 563.708, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 06/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-081 DIVULG 30-04-2013 PUBLIC 02-05-2013)

EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA JAAM

Folha 12 de 20



**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 29

Rubrica ID 5076514-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI

COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1. O Supremo Tribunal Federal

pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do

Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração.

3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento.

(RE 563.965, STF, Tribunal Pleno, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 11/02/2009)

TCE/RJ
PROCESSO Nº 302-84619/11
Rubrica 29

Vê-se que a solução apontada pelo STF é a de que a sistemática de cálculo deverá ser adaptada à nova ordem constitucional, extirpando a incidência de vantagens sobre outras vantagens – “percentual sobre percentual”, “efeito cascata”, ou “efeito repique” ou “repicão”.

Já houve, inclusive, manifestação da d. PGE sobre a questão da incorporação de acréscimos na base de cálculo de outras vantagens. O parecer do i. Procurador do Estado Anderson Schreiber, foi no sentido da impossibilidade do “efeito cascata”, por afronta à Constituição Federal. Por sua clareza, segue trecho do parecer:

“Entender o contrário implicaria, alias, afronta direta ao art. 37, XIV, da Constituição da República, na redação dada pela EC 19/98:

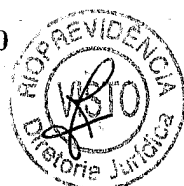
(...)

Como adverte Diogo de Figueiredo Moreira Neto, ‘com ampliação da regra em sua redação originária, a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de

JAAM

Folha 13 de 20

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757



Junho de 1998, proíbe a prática corrente do que se denominou, no jargão administrativo, de aumento em cascata'.

No caso concreto, autorizar a incidência do adicional de permanência sobre o adicional por tempo de serviço significaria violar a norma constitucional, computando acréscimo pecuniário sobre acréscimo ulterior. Também por esta razão não há que se deferir o requerimento formulado pela servidora.” (Págs.9 e 10, Parecer ASC 001/2008 – PG-7)

- 3. Redução decorrente da nova forma de cálculo do ATS. Irredutibilidade de vencimentos prevista no art. 37, inciso XV, CF/88. Manutenção do valor nominal da remuneração global do servidor anterior à modificação na estrutura remuneratória. Integração da diferença por VPNI. Redução gradual do VPNI pelos aumentos remuneratórios posteriores.**

A Constituição Federal de 1988 veda a redução de vencimentos dos servidores públicos, em seu art. 37, inciso XV⁴, regra esta reafirmada na jurisprudência dos Tribunais Superiores, como se pôde ver nos julgados trazidos no tópico anterior.

A interpretação dada pelo STF à irredutibilidade⁴ vencimental dos servidores públicos tem sido a de que referida regra ampara única e tão somente a dimensão do valor nominal da remuneração global.

Ocorre que a consequência prática da aplicação da nova forma de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço imposta pelo ordenamento – com a limitação do percentual a 60%, incidindo exclusivamente sobre o vencimento-base – é a redução do valor da rubrica, o que acarretaria também a diminuição do valor nominal global da remuneração.

⁴ XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

JAAM

Folha 14 de 20

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757



**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 30

Rubrica ID 5076514-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

É também o que acontece muitas vezes quando uma lei reestrutura uma determinada carreira de servidores públicos e reorganiza sua estrutura remuneratória.

Assim, buscando solucionar este problema, o legislador estadual ordinário previu, em alguns casos, que a diferença devida aos servidores cuja remuneração sofra decesso pela aplicação de nova forma de cálculo de vantagem remuneratória seja paga em rubrica apartada, denominada “Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada” – VPNI, a ser paulatinamente absorvida pelas posteriores majorações remuneratórias. Tal previsão pode ser encontrada, por exemplo, nas Leis Estaduais nºs 5.348/2008, 6.701/2014, 6.845/2014, 6.848/2014 e 6.853/2014.

Nesse sentido, firmou-se a jurisprudência do STF pela possibilidade de pagamento da diferença remuneratória por meio de VPNI, veja:

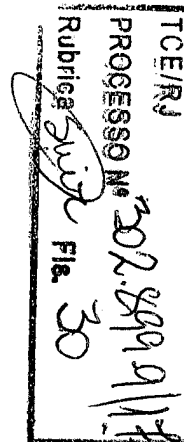
EMENTA: 1. Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Administrativo. *Transformação do cargo de Procurador do INSS em Procurador Federal pela MP nº 2.048-26/2000 e reedições. VPNI. Absorção pelos acréscimos advindos na progressão da carreira. Inexistência de direito adquirido a regime jurídico desde que preservado o valor nominal da remuneração. Não ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.* Repercussão geral reconhecida. Tema 41. Recurso paradigma RE 563.965 - RG 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE AgR 769430, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, 2ª TURMA, julgado em 25.03.2014)

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 15 de 20



EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. *SERVIDOR PÚBLICO*. CARGO EM COMISSÃO. VANTAGEM DENOMINADA "DIFERENÇA INDIVIDUAL". LEI N. 9.421/96. RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL DETERMINANDO O PAGAMENTO DA PARCELA. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO ANTE O PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS [ART. 37, XV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL]. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. A Lei n. 9.421/96 instituiu o Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, dando lugar, no momento da implementação dos novos estípicos nela fixados, a decréscimo remuneratório com relação a alguns servidores. 2. Os que sofressem o decréscimo receberiam a diferença a título de "Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI", que seria absorvida pelos reajustes futuros. 3. A Resolução TSE n. 19.882, de 1.7.97, determinou o pagamento da parcela aos servidores sem vínculo com a Administração. 4. A irredutibilidade de vencimentos dos servidores, prevista no art. 37, XV, da Constituição do Brasil, aplica-se também àqueles que não possuem vínculo com a Administração Pública. 5. Segurança concedida. (MS 24580, STF, Tribunal Pleno, RELATOR: MIN. EROS GRAU, julgado em 30/08/2007)

4. Da Sistemática de cálculo do ATS utilizada pelo TCE/RJ. Da correta sistemática de cálculo do ATS.

Questionado acerca da forma de cálculo utilizada para a refixação (transposição) de quinquênios para triênios da tabela constante no verso do DAP, com percentual superior a 60% (61,08%), e acerca da base de cálculo do ATS, o TCE/RJ informou que "o acréscimo de vencimento sob o regime de quinquênio é incorporado ao vencimento, por força do art. 28, § 1º, da Lei 136/61, gerando um efeito cascata, onde a cada cinco anos o percentual determinado na tabela de adicional (transcrita no verso do DAP) incide sobre o valor do vencimento, acrescido dos quinquênios já incorporados. (...)”

JAAM

Folha 16 de 20

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 31

Rubrica ID 5076514-0

Esclareceu ainda que: “não há transposição de quinquênios para triênios. Os servidores que foram efetivados antes da vigência da Lei 1608/90, continuaram a perceber o adicional por tempo de serviço sob a forma de quinquênios e só os que entraram posteriormente passaram a receber triênios. Assim, como no regime de quinquênios é aplicado o efeito cascata, como previsto na lei própria, o adicional por tempo de serviço destes servidores (ativos, inativos e pensionistas) chega ao percentual final de 61,08%.”

Data máxima vênua, não procedem as informações prestadas pelo TCE/RJ, como se verá a seguir.

O TCE/RJ tem calculado os proventos da pensão sob análise aplicando um percentual de 61,08% de ATS (com a nomenclatura de “QUINQUENIO INATIVO”), conforme a tabela de conversão de quinquênio em triênio no verso do DAP, tendo como base de cálculo “VENCIMENTO” + “GR CONTROLE EXTERNO IN”.

Os cálculos aritméticos são os seguintes: o valor de R\$ 9.262,72 (VENCIMENTO), somado ao valor de R\$ 7.873,31 (GR CONTROLE EXTERNO IN), resulta em um montante de R\$ 17.136,03; a esse resultado é aplicado o percentual de 61,08%, obtendo o valor da rubrica (QUINQUENIO INATIVO) constante no contracheque – R\$ 10.466,69.

Como se vê na tabela abaixo, extraída do sítio eletrônico do TCE/RJ⁵, o valor de R\$ 9.262,72 refere-se exclusivamente ao vencimento-base dos servidores efetivos do TCE/RJ classificados sob o Índice 2500 (como é o caso do instituidor da pensão), não se tratando, portanto, da rubrica “vencimento” acrescida de percentuais de Adicional por Tempo de Serviço já incorporados sob a égide da Lei Estadual 136/61, como informado pelo TCE/RJ à fl. 20.

⁵ <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estrutura-remuneratoria>

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 17 de 20



TCE/RJ
PROCESSO Nº 302.849.9118
Rubrica 5000 Fls. 31

Remuneração Servidores Efetivos

| ÍNDICE | VENCIMENTO-BASE | GRATIFICAÇÃO CONTROLE EXTERNO (ATÉ MÁXIMO DE 85%) |
|--------|-----------------|--|
| 2800 | R\$ 10.374,24 | R\$ 8.818,10 |
| 2700 | R\$ 10.003,74 | R\$ 8.503,18 |
| 2600 | R\$ 9.633,08 | R\$ 8.188,12 |
| 2500 | R\$ 9.262,72 | R\$ 7.873,31 |
| 2400 | R\$ 8.892,21 | R\$ 7.558,38 |
| 2300 | R\$ 8.521,70 | R\$ 7.243,45 |
| 2200 | R\$ 8.151,19 | R\$ 6.928,51 |
| 2100 | R\$ 7.780,68 | R\$ 6.613,58 |
| 2000 | R\$ 7.410,17 | R\$ 6.298,64 |
| 1900 | R\$ 7.039,66 | R\$ 5.983,71 |
| 1800 | R\$ 6.669,14 | R\$ 5.668,77 |
| 1700 | R\$ 6.298,63 | R\$ 5.353,84 |
| 1600 | R\$ 5.928,12 | R\$ 5.038,90 |
| 1500 | R\$ 5.557,61 | R\$ 4.723,97 |
| 1400 | R\$ 5.187,10 | R\$ 4.409,04 |
| 1300 | R\$ 4.816,59 | R\$ 4.094,10 |
| 1200 | R\$ 4.446,08 | R\$ 3.779,17 |

Esmiuçando melhor a problemática, o órgão de origem adotou como prática o pagamento de um percentual (61,08%) superior ao previsto na lei do quinquênio (Lei nº 136/61) e superior ao previsto na lei do triênio (Lei nº 1.608/1990). Além disso, utilizou base de cálculo (VENCIMENTO + GR CONTROLE EXTERNO IN) diversa da prevista em ambas as legislações consideradas, e que afronta os dispositivos constitucionais já mencionados.

A forma de cálculo do triênio, cujo limite é de 60%, possui como base de cálculo apenas o vencimento-base. Por conseguinte, se pago nos moldes da legislação em vigor,

JAAM

Folha 18 de 20

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757





Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 09/12/16 Fls. 32

Rubrica ID 5076514-0

o ATS teria o limite percentual de 60 %, e deveria incidir unicamente sobre a rubrica VENCIMENTO.

Transformando o tempo de serviço público informado pelo órgão de origem do instituidor da pensão no item 15 do DAP de fls. 17/17-v (13.998 dias), e enquadrando-o na tabela de percentuais do ATS sob a forma de triênios (apresentada no item “1” da fundamentação deste parecer), tem-se pouco mais de 38 anos, o que equivaleria a um percentual de 60% de triênios.

Incidindo este percentual de 60% somente sobre a rubrica VENCIMENTO; ter-se-á o Adicional por Tempo de Serviço no valor de R\$ 5.557,63.

CONCLUSÃO

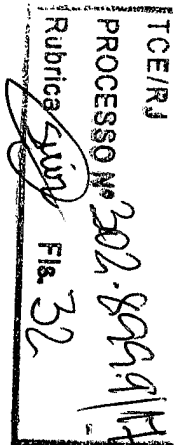
Diante do exposto, chega-se às seguintes conclusões:

- (i) Deve-se aplicar aos proventos da pensão, exclusivamente, a sistemática de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço estabelecida no artigo 6º da Lei Estadual nº 1.608/90, que instituiu o ATS sob a forma de triênios, em obediência ao artigo 7º da Lei Estadual nº 1.608/90, que determinou a refixação imediata de vencimentos e proventos à nova sistemática, independentemente de requerimento ou apostila por parte dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- (ii) O Adicional por Tempo de Serviço deve ser limitado ao percentual de 60%, conforme se detrai do artigo 6º da Lei Estadual nº 1.608/90, e incidir somente sobre a rubrica “vencimento”, excluídas demais rubricas e eventuais percentuais de ATS incorporados aos proventos do instituidor

JAAM

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência
Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005
Telefone: 2332-5757

Folha 19 de 20



da pensão de sua base de cálculo, em respeito ao art. 37, inciso XIV, da CF/88 e ao art. 17 do ADCT, bem como a jurisprudência do STF;

- (iii) O valor nominal global dos proventos da pensão deverá ser mantido, conforme a interpretação dada pela jurisprudência do STF ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos constante do art. 37, inciso XV, da CF/88;
- (iv) A diferença entre o valor resultante da nova forma de cálculo das verbas componentes dos proventos de pensão e o valor global atualmente pago deverá ser discriminada em rubrica apartada – VPNI ou similar -, a qual será progressivamente reduzida, em valor idêntico aos futuros aumentos aplicados à pensão. Quando o valor dos reajustes futuros se igualar ou superar o valor da rubrica apartada, referida rubrica será extinta da base de cálculo dos proventos de pensão;
- (v) Ressalva-se que, caso haja uma decisão judicial concedendo adicional por tempo de serviço na forma como atualmente descrita pelo TCE/RJ no DAP (em percentual de 61.08% e com a rubrica “GR CONTROLE EXTERNO IN” incidindo na base de cálculo), dever-se-á cumprir a decisão nestes exatos termos, sob pena de afronta à autoridade da coisa julgada (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI).

Sendo o que me cabia analisar, submeto a consulta à elevada apreciação de V.Sa.

CCN, 04 de janeiro de 2018.


Julia de Albuquerque Reis e Silva
Coordenadora de Consultoria Jurídica

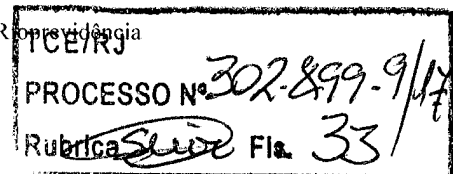
**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: 9/12/2016 Fls. 33

Rubrica: *[assinatura]* ID: 3030432

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

VISTO

APROVO o Parecer/RIOPREV/CCN nº 001/2018-JARS, da lavra da Dra. Julia de Albuquerque Reis e Silva, que opinou pela irregularidade da forma de cálculo de Adicional de Tempo de Serviço constante do Documento de Atualização de Pensão emitido pelo Tribunal de Contas do Estado para a pensionista do ex-servidor Jose Cardoso.

De fato, o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) calculado na forma de quinquênios foi suprimido pela Lei Estadual nº 1.608/90, que determinou a sua transposição em triênios, adequando-se os percentuais. Quanto ao ponto, está consolidado o entendimento jurisprudencial no sentido de inexistir direito adquirido a regime jurídico funcional, respeitada a irredutibilidade de vencimentos no seu valor nominal.

Além disso, a inclusão do ATS na sua própria base de cálculo, bem como de outras parcelas adicionais ao vencimento-base, gerando o conhecido “efeito cascata” – tal como previsto na Lei Estadual nº 136/61 –, não foi recepcionada pelo art. 37, XIV, da Constituição Federal, seja na sua redação originária ou naquela prevista pela EC nº 20/98. Tampouco há que se falar, no caso, em direito adquirido, tendo em vista a disposição constante do art. 17 do ADCT.

Assim, adiro às conclusões constantes do parecer ora visto, **recomendando que a irregularidade seja reportada ao Tribunal de Contas do Estado para reavaliação, no âmbito de sua autonomia constitucional, na forma do art. 3º, §3º da Lei Estadual nº 5.260/08¹**, deste e de todos os demais casos em que o Adicional de Tempo de Serviço

¹ Art. 3º (...). §3º Caberá aos Poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas atualizarem, mensalmente, o sistema com suas alterações, formando sua base de dados, cabendo ao RIOPREVIDÊNCIA a consolidação dos dados, auditoria e consequente crítica, podendo corrigir erros materiais e reportar eventuais irregularidades ao respectivo poder ou instituição concedente para reavaliação, no âmbito de sua autonomia constitucional, sem prejuízo da imediata comunicação ao Tribunal de Contas do Estado.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-01/029.105/2016

Data: Fls.

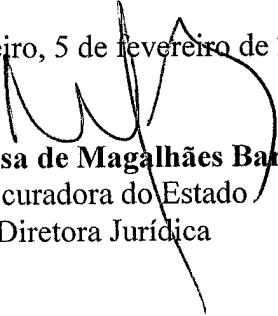
Rubrica: ID:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

esteja sendo computado na forma de quinquênios e com base de cálculo que inclua outras verbas além do vencimento-base.

À GAJ para registro e prosseguimento.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2018.


Maria Luísa de Magalhães Barbosa
Procuradora do Estado
Diretora Jurídica



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-01 / 029.105 / 2016
Data: 9 / 12 / 16
Rubrica: *de* Fls. 34
ID: 50308432

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

À DSE,

Em prosseguimento, após parecer da Diretoria Jurídica.

TCE/RJ
PROCESSO Nº 302.899.9/17
Rubrica *Segue* Fls. 34

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018.

de
Taís de Almeida Nogueira Lucena
Assistente Previdenciário

Fúlio de A. Reis e Silva
Fúlio de Albuquerque Reis e Silva
Coordenadora de Consultoria Jurídica
RIOPREVIDÊNCIA

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-01/029/105/2016

Data: 09/12/2016 Fls. 35

Rubrica *MR* ID 4407310-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

AO TCE/RJ,**TCE/RJ****PROCESSO Nº 302.899.9/11****Rubrica *suw* Fls. 35**

Trata-se de encaminhamento de Parecer formulado pela Diretoria Jurídica desta Autarquia que constatou irregularidade referente ao cálculo de Adicional de Tempo de Serviço.

O supracitado Parecer/RIOPREV/CCN nº 001/2018 – JARS, às fls. 23/33, orienta que encaminhemos este questionamento para a Corte de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a fim de que se pronuncie a respeito dos apontamentos feitos referentes ao supracitado cálculo, considerando o âmbito de sua autonomia constitucional, na forma do art. 3º, §3º, da lei estadual nº 5.260/08, neste caso concreto, bem como em todos os demais casos em que o Adicional de Tempo de Serviço esteja sendo computado na forma de quinquênios e com base de cálculo que inclua outras verbas além do vencimento-base.

Após análise do disposto acima pela área pertinente, sugerimos o encaminhamento à área de Recursos Humanos deste órgão, por se tratar de servidor falecido deste ente, para ciência das considerações.

Posteriormente, solicitamos devolução para o Rioprevidência.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

Reges Moisés dos Santos

Diretor Presidente

ID 4384996-2

**RIOPREVIDÊNCIA
PROTOCOLO
Recebido**

28 FEV. 2018

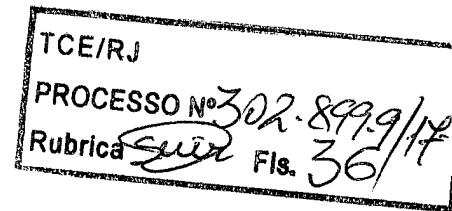
15:38 Hs

Folha 1 de 1



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Serviço de Protocolo Interno



À (ao)

SGA

O presente processo encontra-se em condições de prosseguimento.

SPI, 02 de março de 2018.



Giancarlo Silva Lacerda
Chefe do Serviço de Protocolo Interno
Matr. 02/2937

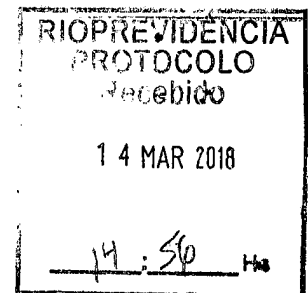
Lucimar Alves Areas
Assistente – SPI/TCE
Matr. 02/3140

Sr. Coordenador-Geral da CRH,

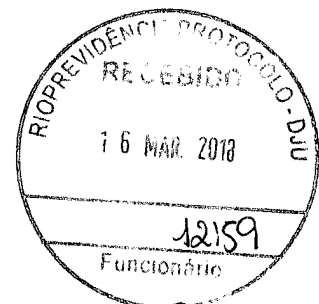
Tendo em vista a manifestação do RIOPREVIDÊNCIA às fls. 23/35, encaminho o presente processo para ciência e informações que julgar necessárias, com vistas ao esclarecimento do pagamento do adicional por tempo de serviço, sob regime de triênios e quinquênios, aos servidores deste TCE-RJ (base de cálculo, normas, decisões administrativas), para que, então, os autos sejam encaminhados à D. PGT para ciência e orientação à Administração desta Corte de Contas, face o informado pela Douta PGE às fls. 33/33v.

SGA, 08 de março de 2018.


LUCIANO PENATIERI MEIRA LIMA
Secretário-Geral de Administração
Matr. 02/4164/0-0



Thalita Cristina Pereira Linhares
Protocolo Geral
RIOPREVIDENCIA



Kezia Duarte da Silva
Protocolo Geral
RIOPREVIDENCIA



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-01/029.105 / 16

Data: 9 / 12 / 16 Fls. 38

Rubrica:  ID 4381063-2

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

AO TCE/RJ,

Aqui por engado. Em devolução ao Sr. Coordenador-Geral da CRH do TCE/RJ.

CCN, 20 de março de 2018.

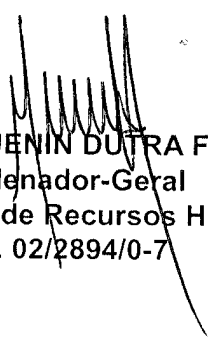
Filipe Lessa Lemos
Assistente Previdenciário
ID. 4381063-2

Júlia de Albuquerque Reis e Silva
Coordenadora de Consultoria Jurídica
ID. 4440840-4

Senhora Coordenadora da COV,

Encaminhamos este administrativo a V.Sa., para exame e instrução, em atendimento ao despacho da SGA, à fl. 37.

CRH, 23 de março de 2018.


MARCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral
Coordenadoria de Recursos Humanos
Matr. 02/2894/0-7

Sr. Coordenador-Geral da CRH:

Em atendimento à determinação do Ilmo. Sr. Secretário de Administração da SGA, à fl. 37, para que sejam prestados os esclarecimentos necessários quanto ao pagamento do adicional por tempo de serviço, sob os regimes de triênio e quinquênio aos servidores desta Corte de Contas, temos a esclarecer o que se segue.

Antes de prestarmos os esclarecimentos requeridos, faz-se necessário traçarmos um breve histórico acerca do presente processo.

Com efeito, em 09 de dezembro de 2016, a pensionista do ex-servidor JOSE CARDOSO, matrícula 02/0107/3-8, requereu revisão de pensão junto ao RIOPREVIDÊNCIA, anexando, para tanto, o DAP – Documento de Atualização de Pensão, à fl. 08.

No referido DAP, consta informado que o ex-servidor, quando de seu óbito, ocorrido em 16 de janeiro de 1997, encontrava-se na condição de inativo, através do Ato Executivo nº 3241, de 20 de agosto de 1987, com fundamento no artigo 26, inciso II do Decreto-lei nº 220/75 e no artigo 214, inciso II do Decreto nº 2479/79, com validade a contar de 01 de agosto de 1987, conforme cópia de fls. 45/48.

Ao proceder ao exame do DAP, a Coordenadoria de Auditoria do RIOPREVIDÊNCIA verificou, à fl. 13, que o ex-servidor percebia, a título de adicional de tempo de serviço, sob o regime de quinquênio, o percentual de 50%, equivalente ao percentual de triênios de 61,08%, ultrapassando os 60% previstos na Lei nº 1608/90, que alterou a Lei nº 1522/89.

Em vista dessa constatação, os presentes autos foram encaminhados a Coordenadoria Jurídica do RIOPREVIDÊNCIA para manifestação quanto à legalidade do percentual de 61,08% de adicional por tempo de serviço constante nos proventos de pensão instituída em razão do óbito do ex-servidor.

No Parecer/RIOPREV/CCN nº 001/2018 - JARS, às fls. 23/32, após exame da matéria, chegou-se a conclusão que, aos proventos de pensão, deve-se aplicar, exclusivamente, a sistemática de cálculo do adicional por tempo de serviço, sob o regime de triênios, estabelecido na forma do artigo 6º da Lei nº 1.608/90, limitado a 60% e

incidindo somente sobre a rubrica "vencimento", excluídas demais rubricas e eventuais percentuais de ATS incorporados aos proventos do instituidor da pensão.

Em decorrência dessa conclusão, foi sugerido que o valor nominal dos proventos de pensão deveria ser mantido, pelo princípio da irredutibilidade de vencimentos constante no artigo 37, inciso XV da Constituição Federal de 1988. Porém, a diferença apurada entre o valor resultante da nova forma de cálculo das verbas que compõem os proventos de pensão e o valor global atualmente pago deve ser discriminada em rubrica apartada – VPNI, a ser progressivamente reduzida, em valor idêntico aos futuros aumentos a serem aplicados à pensão.

Como decorrência, os presentes autos retornaram a esta Corte de Contas, com a sugestão do RIOPREVIDÊNCIA de que este caso seja reavaliado, bem como todos os demais casos em que o ATS é computado na forma de quinquênios, incluindo, na base de cálculo, outras verbas além do vencimento-base.

Com efeito, no âmbito deste Tribunal, o adicional por tempo de serviço, sob o regime de quinquênios, foi regularmente concedido ao ex-servidor falecido, com amparo no artigo 28 da Lei 136/61, o qual dispõe, *in verbis*:

"Art. 28 – Os funcionários efetivos do Tribunal de Contas terão os seguintes acréscimos de vencimentos por tempo de efetivo serviço público:

5 anos – 15%

10 anos – 25%

15 anos – 30%

20 anos – 40%

25 anos – 45%

30 anos – 50%

§ 1º - O acréscimo de vencimento de que trata este artigo incorporar-se-á ao vencimento;"

É importante ressaltar que o próprio diploma legal estabelecia que o referido adicional, sob o regime de quinquênios, deveria ser incorporado ao vencimento.

Assim, muito embora tenha havido a publicação das Leis nº 1258/87, 1489/89, 1522/89 e 1608/90, disciplinando a concessão do adicional por tempo de serviço, sob o regime de triênios, para todo o funcionalismo público civil do Estado do Rio de Janeiro, prevaleceu, à época, neste Tribunal, o entendimento de que, pelo fato de a Lei nº

136/61 tratar especificamente da concessão de acréscimo de vencimento aos servidores efetivos deste Tribunal e a legislação que estabeleceu o triênio não ter revogado expressamente a Lei nº 136/61, os servidores que então recebiam quinquênios não deveriam ser penalizados.

Tanto é assim que, nesta Corte, através do TCE-RJ nº 300.740/89, o Conselho Superior e Administração, em sessão de 30 de março de 1989, decidiu, por unanimidade, aprovar a formação de Quadro Suplementar de Pessoal, composto por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, bem como tabela salarial integrada pelo sistema de triênios, a partir de 01 de abril de 1989.

Assim é que, a partir de abril de 1989, passaram a coexistir servidores que percebem quinquênios, com fundamento na Lei nº 136/61, e servidores que percebem triênios, tendo em vista a decisão do Conselho Superior de Administração.

Ademais, com o advento da Lei nº 1.608, de 15 de janeiro de 1990, o percentual máximo de triênios passou de 50% para 60%, mitigando a diferença percentual entre os 02 (dois) modelos de concessão de adicional por tempo de serviço neste Tribunal.

Feitos esses esclarecimentos, muito embora a Diretoria Jurídica do RIOPREVIDÊNCIA sustente, em seu parecer, à fl. 33, que *"a inclusão do ATS na sua própria base de cálculo, bem como de outras parcelas adicionais ao vencimento-base, gerando o conhecido 'efeito cascata' – tal como previsto na Lei Estadual nº 136/61 -, não foi recepcionada pelo art. 37, XIV, da Constituição Federal, seja na sua redação originária ou naquela prevista pela EC nº 20/98"*, há que se levar em consideração que a questão somente foi pacificada em 2013 pelo STF, através do julgamento do Recurso Extraordinário nº 563.708 / MS:

(RE 563708, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 06/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-081 DIVULG 30-04-2013 PUBLIC 02-05-2013)

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. BASE DE CÁLCULO DE VANTAGENS PESSOAIS. EFEITO CASCATA: PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DOS VENCIMENTOS. PRINCÍPIO DA

IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS. RECURSO AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

Assim, no que se refere ao DAP, emitido por este Tribunal e que deu início ao presente processo de revisão de pensão, entendemos estar correta a sua emissão, visto ter o servidor falecido em 16 de janeiro de 1997, anteriormente a edição da Emenda Constitucional nº 19/98, que alterou a redação do inciso XIV do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Isto porque, até a edição da referida emenda, s.m.j, não estava pacífica na jurisprudência do STF o tema do "efeito cascata", tendo em vista a questão do direito adquirido.


A esse respeito, ressalte-se o voto da Exma. Ministra Rel Carmen Lucia, no RE 563708, ao afirmar que:

"5. A Emenda Constitucional nº 19/1998 alterou significativamente o art. 37, inc. XIV, da Constituição, passando a dispor que 'os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores'. Tem-se, claramente, que a alteração teve por objetivo superar a jurisprudência firmada neste Supremo Tribunal, pois apenas foi excluída a sua parte final, fundamento de toda a orientação jurisprudencial constitucional."

Quanto à orientação do RIOPREVIDÊNCIA, à fl. 35, para que esta Corte de Contas se pronuncie, no âmbito de sua autonomia constitucional, na forma do artigo 3º, § 3º da Lei nº 5260/08, no que tange aos demais casos em que o adicional por tempo de serviço esteja sendo computado na forma de quinquênios e com base de cálculo que incluía outras verbas além do vencimento-base, entendemos, s.m.j, que a questão deve ser examinada em autos apartados e encaminhada ao Conselho Superior de Administração, após oitiva da douta PGT.

É o que elevamos à consideração superior.

COV, 07 de junho de 2018.


Flávia da Silva Oliveira
COORDENADORA DA COV
Matr. 02/2916/0-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

302349/87

RECEBUE

PROCESO

RECEBUE

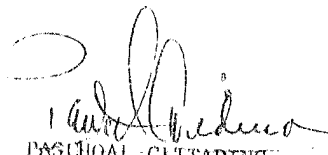
302.899-9/11
44

ATO EXECUTIVO Nº 3241, de 20 de agosto de 1987.

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 17 da Lei Complementar n.º 21 de 04 de novembro de 1981, e tendo em vista o que consta do processo n.º 302.349/87

ÓPIA

RESOLVE aposentar JOSÉ CARDOSO, Técnico de Controle Externo, Classe A, matrícula 02/0107, de acordo com o disposto no artigo 26, inciso II, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e no artigo 214, inciso II, do Decreto nº 2479, de 08 de março de 1979, com validade a contar de 01 de agosto de 1987.


PASCHOAL CITIABINI
PRESIDENTE

CÓPIA

Fixados os proventos de inatividade de JOSÉ CARDOSO, Técnico de Controle Externo, Classe A, matrícula 02/0107-3, a partir de 01.08.87, em importância mensal correspondente a Cz\$ 70.514,61 (setenta mil, quinhentos e quatorze cruzados e sessenta e um centavos), conforme parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento atribuído ao cargo de Técnico de Controle Externo, Classe A, com 50% de acréscimo de vencimento - Lei nº 136, de 27.12.61; art. 219, inciso I, letra a do Decreto nº 2479, de 08.03.79 - Lei 1169, de 02.07.37..

Cz\$ 48.158,70

60% do valor do Tempo Integral percebido em atividade (referência 52 + 50% de acréscimo de vencimento) - art. 4º da Lei nº 610, de 29.11.82, regulamentada pelo Decreto 6551, de 23.02.83 - art. 18 da Lei nº 1103/86 - processo nº 300.493/87.....

Cz\$ 7.908,30


30% de gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária do Estado - art. 9º da Lei nº 1103, de 26.12.86.....

Cz\$ 14.447,61

TOTAL GERAL...

Cz\$ 70.514,61

TRIBUNAL DE CONTAS, 16 11 87


PAULO RIBEIRO
VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA
PRESIDÊNCIA

302.849-9/11
@ 15.45

TCT/RJ
PROCESSO Nº 302.349/87
RUBRICA *jc* FLS. 28

CERTIFICO que o presente processo foi distribuído, nesta data, por
sorteio, ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro HEITOR BRANDON SCHILLER

para relatar em sessão.

Tribunal de Contas, 09/02/1988

Cell
CEIR ALBUQUERQUE
Chefe do Gabinete do Presidente do TCT
Brasília, 09/02/88

CÓPIA

PROCESSO Nº 302.894-9/11
Fls. 46

PRAZO PARA RELATAR ATÉ 10/03/1988

VOTO

Pelo registro da concessão, face à sua legalidade
de acordo com as informações do Corpo Instrutivo e o
Parecer do Ministério Público Especial.

Sala das Sessões 0313 188

Heitor Brandon Schiller
Conselheiro Heitor Brandon Schiller
Relator

TCT/RJ

PROCESSO Nº 30.2349/87

Rubrica Fls. 23

CÓPIA

Certifico que o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
em sessão hoje realizada, decidiu *pelo registro*, nos termos do voto do
Conselheiro-relator.

Sala das Sessões, 03/03/1988

Francisca
Francisca Rodrigues Talarico
Secretária das Sessões
Matr. 02/0375

CE/RJ

PROCESSO Nº

30.2349-9/17

Fls. 47

REGISTRADO

às fls. 700, 702² do Livro nº 06 de Registro

Neusa
p/ NEUSA GOMES MACEDO
Aux. Controle Externo
Matr. 02/1736

A COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO.

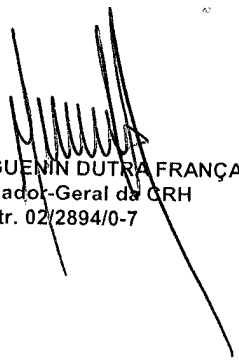
Secretaria Geral de Controle Externo, 11/03/1988

Jose Julio
JOSE JULIO DA SILVA
Secretário Geral de Controle Externo
Matr. 02/1649

Senhor Secretário-Geral da SGA,


Retornamos o presente, atendida a solicitação de V.Sa. à fl. 37, através da instrução da Coordenadoria Setorial de Classificação e de Direitos e Vantagens – COV, às fls. 40 a 43.

Coordenadoria de Recursos Humanos, 15 de junho de 2018.


MÁRCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA
Coordenador-Geral da GRH
Matr. 02/2894/0-7

**Ao Dr. Dennys Zimmermann,
para exame e parecer.**

Rio de Janeiro, 23.07.18


SÉRGIO CAVALIERI FILHO
Procurador-Geral do TCE-RJ
Matr. 02/4194/0-9

DE ORDEN,

À D. PGT PARA EXAME

E PARECER.

SGA, 17/07/18

Carolina D. Miranda
CAROLINA DURÃO MIRANDA
Assessora
Matr.: 02/3766/0-3

AO D. PGT PARA EXAME
E PARECER
SGA, 17/07/18



*Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral*

TCE-RJ
Processo nº 302.899-9/2017
Rubrica Fls. 149

PROCESSO: TCE-RJ Nº 302.899-9/2017

ORIGEM: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASSUNTO: PENSÃO (INT) REVISÃO

PARECER Nº:

EMENTA: Requerimento de Revisão de Pensão – Adicional por Tempo de Serviço (ATS), calculado na forma de quinquênios – Supressão pela Lei Estadual nº. 1.608/90, que determinou a sua transposição em triênios, adequando-se os percentuais – Decisão proferida pelo Conselho Superior de Administração, nos autos do Processo TCE-RJ nº 300.740-3/89 – Autoaplicabilidade do artigo 37, XIV, da CRFB, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 19/98 – Não recepção do artigo 28 da Lei nº 136/61 – Inexistência de direito adquirido a regime jurídico funcional, respeitada a irredutibilidade de vencimentos no seu valor nominal – Princípio constitucional da segurança jurídica e da irredutibilidade de vencimentos, consagrado no artigo 37, XV, da CRFB.

Sr. Procurador-Geral,

Trata de Requerimento de Revisão de Pensão, protocolado em 9/12/2016, no Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro – RioPrevidência - pela Sra. Maria José Cardoso, beneficiária do ex-servidor do TCE-RJ. Sr. José Cardoso. falecido em 16/01/1997. visando à atualização do



*Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral*

TCE-RJ
Processo nº 302.899-9/2017
Rubrica Fls. 157

benefício, com base no Documento de Atualização de Pensão – DAP , emitido pelo TCE-RJ.

No curso do procedimento administrativo (PA nº. E-01/029.00000105/2016), a Coordenadoria de Auditoria do RioPrevidência, ao analisar os valores preenchidos no DAP, constatou que a parcela QUINQUÊNIO INATÍVO foi calculada com base em tabela constante no verso do documento (Tabela de Ats-quinquênio), utilizando o percentual do tempo do serviço do quinquênio equivalente a 30 (trinta) anos – 61,08%, aplicando sobre o vencimento.

Tal situação, em vista do que dispõe a Lei Estadual nº. 1608/90, cujo artigo 6º alterou a Lei Estadual nº. 1522/89, para limitar o regime do Adicional de Tempo de Serviço a 11 triênios, ou seja, a um percentual de 60%, ocasionou dúvidas quanto à legalidade do percentual de 61,08% utilizado pelo TCE-RJ, razão pela qual, em outubro de 2017, o processo foi remetido a esta Corte de Contas para esclarecimentos.

Em 13/12/2017, a Coordenadoria Setorial de Preparo de Pagamento – COP do TCE-RJ (fls. 20) informou que:

(1) O acréscimo de vencimento sob o regime de quinquênio é incorporado ao vencimento, por força do art. 28, § 1º, da Lei nº 136/61, gerando um efeito cascata, onde a cada 5 (cinco) anos o percentual determinado na tabela de adicional (transcrita no verso do DAP) incide sobre o valor do vencimento, acrescido dos quinquênios já incorporados;

(2) Não há transposição de quinquênios para triênios. Os servidores que foram efetivados antes da vigência da Lei nº. 1608/90, continuaram a perceber o adicional por tempo de serviço sob a forma de quinquênios e só os que entraram



*Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral*

posteriormente passaram a receber triênios. Assim, como no regime de quinquênios é aplicado o efeito cascata, como previsto na lei própria, o adicional por tempo de serviços deste servidores (ativos, inativos e pensionistas) chega ao percentual de 61,08%.

Diante das informações prestadas pela COP, o processo retornou ao RioPrevidência, que formulou Consulta a sua Assessoria Jurídica acerca do tema.

No parecer elaborado em 04/01/2018 pela Coordenadora Jurídica do RioPrevidência, anexado ao presente às fls. 24/34, restou consignado que o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), calculado na forma de quinquênios, foi suprimido pela Lei Estadual nº. 1.608/90, que determinou a sua transposição em triênios, adequando-se os percentuais. Quanto ao ponto, nos termos do parecer jurídico, está consolidado o entendimento jurisprudencial no sentido de inexistir direito adquirido a regime jurídico funcional, respeitada a irredutibilidade de vencimentos no seu valor nominal.

Consta, ainda, no referido parecer que a inclusão do ATS na sua própria base de cálculo, bem como de outras parcelas adicionais ao vencimento-base, gerando o conhecido “efeito cascata” – tal como previsto na Lei Estadual nº. 136/61 -, não foi recepcionada pelo art. 37, XIV, da Constituição Federal, seja na sua redação originária ou naquela prevista pela EC nº. 20/98. Tampouco há que se falar em direito adquirido, tendo em vista a disposição constante do art. 17 do ADCT.

Por tais razões, a Coordenadora de Consultoria Jurídica do RioPrevidência apresenta as seguintes conclusões, aprovadas pela Diretoria Jurídica do Órgão:

- (i) *Deve-se aplicar aos proventos da pensão, exclusivamente, a sistemática de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço*



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

TCE-RJ
Processo nº 302.899-9/2017
Rubrica Fls. 52

estabelecida no artigo 6º da Lei Estadual nº 1.608/90, que instituiu o ATS sob a forma de triênios, em obediência ao artigo 7º da Lei Estadual nº 1.608/90, que determinou a refixação imediata de vencimentos e proventos à nova sistemática, independentemente de requerimento ou apostila por parte dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

(ii) Adicional por Tempo de Serviço deve ser limitado ao percentual de 60%, conforme se detrai do artigo 6º da Lei Estadual nº 1.608/90, e incidir somente sobre a rubrica "vencimento", excluídas demais rubricas e eventuais percentuais de ATS incorporados aos proventos do instituidor da pensão de sua base de cálculo, em respeito ao artigo 37, inciso XIV, da CF/88 e ao artigo 17 ADCT, bem como a jurisprudência do STF;

(iii) O valor nominal global dos proventos da pensão deverá ser mantido, conforme a interpretação dada pela jurisprudência do STF ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos constante do art. 37, inciso XV, da CF/88;

(iv) A diferença entre o valor resultante da nova forma de cálculo das verbas componentes dos proventos de pensão e o valor global atualmente pago deverá ser discriminada em rubrica apartada - VPNI ou similar-. A qual será progressivamente reduzida, em valor idêntico aos futuros aumentos aplicados à pensão. Quando o valor dos reajustes futuros se igualar ou superar o valor da rubrica apartada, referida rubrica será extinta da base de cálculo dos proventos de pensão;

(v) Ressalva-se que, caso haja uma decisão judicial concedendo adicional por tempo de serviço na forma como atualmente descrita pelo TCE-RJ no DAP (em percentual de 61,08% e com a rubrica "GR CONTROLE EXTERNO IN" incidindo na base de cálculo), dever-se-á cumprir a decisão nestes exatos



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

| |
|---------------------------------------|
| TCE-RJ |
| Processo nº 302.899-9/2017 |
| Rubrica Fls. 653 |

termos, sob pena de afronta à autoridade da coisa julgada (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI).

Os autos foram remetidos novamente a esta Corte para pronunciamento acerca dos apontamentos feitos referentes ao cálculo do Adicional de Tempo de Serviço, considerando o âmbito de sua autonomia constitucional, na forma da Lei nº 5.260/08, neste caso concreto, bem como em todos os demais casos em que o Adicional de Tempo de Serviço esteja sendo computado na forma de quinquênios e com base de cálculo que inclua outras verbas além do vencimento-base.

Às fls. 37, a Secretaria Geral de Administração - SGA desta Corte de Contas determinou o encaminhamento dos autos à CRH e posteriormente a esta Procuradoria para ciência e orientação.

Às fls. 40/43, a Coordenadoria Setorial de Classificação e de Direitos e vantagens - COV esclareceu que, não obstante a publicação das Leis nºs 1258/87, 1489/89, 1522/89 e 1608/90, disciplinando a concessão do ATS sob o regime de triênio, prevaleceu o entendimento no TCE-RJ de que a Lei nº 136/61 não foi revogada, de forma que *“passaram a coexistir servidores que percebem quinquênios e servidores que percebem triênios”*.

Tanto é assim que, o Conselho Superior de Administração, nos autos do processo TCE-RJ nº. 300.740/89, em Sessão Plenária de 30/03/1989, decidiu aprovar a formação de Quadro Suplementar de Pessoal, composto por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, bem como tabela salarial integrada pelo sistema de triênios, a partir de abril de 1989.

Assim, no que tange ao DAP emitido por esta Corte e que deu início ao presente processo de revisão de pensão, a COV afirma *“estar correta sua emissão, visto ter o servidor falecido em 16 de janeiro de 1997, anteriormente a edição da Emenda Constitucional nº. 19/98, que alterou a redação do inciso*



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

XIV do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Isto porque, até a edição da referida emenda, s.m.j, não estava pacífica na jurisprudência do STF o tema do “efeito cascata”, tendo em vista a questão do direito adquirido”.

Conclui a COV que a questão relativa aos demais casos em que o ATS esteja sendo computado na forma de quinquênios e com base de cálculo que incluía outras verbas além do vencimento-base, deve ser examinada em autos apartados e encaminhada ao Conselho Superior de Administração após oitiva da PGT.

Remetidos os autos a esta Procuradoria, passo ao parecer.

De início, é importante pontuar que a prática adotada pelo TCE-RJ no que tange ao cálculo do Adicional de Tempo de Serviço de servidores efetivados sob a égide da Lei nº 136/61, teve por fundamento decisão proferida pelo Conselho Superior de Administração, nos autos do Processo TCE-RJ nº 300.740-3/89, em que restou decidido que tais servidores permaneceriam, em vista de alegado direito adquirido, a perceber os ATS sob o regime de quinquênios.

Assim, diversamente do que consta no parecer apresentado pela Diretoria Jurídica do RioPrevidência às fls. 23/33, o percentual de 61,08% de ATS fixado no DAP emitido pelo TCE-RJ, em aparente violação ao 2º da Lei nº. 1511/89, com alteração dada pela Lei 1.608/90, não decorre da conversão dos percentuais de quinquênios em percentuais de triênios.

Decorre, conforme ressaltado, do entendimento adotado por esta Corte de Contas, que, no âmbito de sua autonomia administrativa, determinou que somente os servidores efetivados no TCE-RJ após a entrada em vigor das Leis Estaduais (Leis n. 1258/87, 1489/89, 1522/89 e 1608/90) – as quais



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

| |
|----------------------------|
| TCE-RJ |
| Processo nº 302.899-9/2017 |
| Rubrica Fls. 855 |

estabeleceram o ATS na forma de triênio para todo funcionalismo público estadual – estariam sujeitos às novas regras.

Nesse contexto, o ATS do ex-servidor, instituidor da pensão objeto de questionamento, foi concedido com fundamento na Lei nº. 136/61, cujo artigo 28, que trata especificamente dos servidores efetivos do Tribunal de Contas, estabelecia que o referido adicional, sob o regime de quinquênios, deveria ser incorporado ao vencimento.

Além da inclusão do ATS em sua própria base cálculo, era possível que outras verbas sob outros títulos ou rubricas integrassem a base de cálculo do quinquênio, gerando o conhecido “efeito cascata”, que possibilitou a aplicação do percentual final de 61,08%.

Feita esta ressalva, entendo, porém (e *data maxima venia* da decisão anterior do Conselho Superior de Administração), que o parecer elaborado pela Diretoria Jurídica do RioPrevidência está correto e que a prática adotada por esta Corte de Contas com base na decisão proferida nos autos do Processo TCE-RJ 300.740-3/89 decorreu de equivocada interpretação dos dispositivos legais e constitucionais atinentes à matéria.

Com efeito, enquanto vigorava a Lei nº. 136/61, nos termos do referido artigo 28, o ATS dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro era estabelecido sob o regime de quinquênios, permitindo-se a ocorrência do “efeito cascata”, com a inclusão do ATS e outras parcelas adicionais ao vencimento-base.

Com o advento da CRFB/88, o artigo 37, inciso XIV, em sua redação original, dispunha que *os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título e idêntico fundamento.*



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

TCE-RJ
Processo nº 302.899-9/2017
Rubrica Fls. 956

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 19/1998 alterou a redação do referido dispositivo constitucional, excluindo a expressão “*sob o mesmo título ou idêntico fundamento*” e extirpando o “efeito cascata” em todas as suas formas.

No que tange à eficácia do artigo 37, XIV, da CRFB, a jurisprudência majoritária no âmbito do Supremo Tribunal Federal assentou o entendimento de que ao mesmo deveria ser atribuída eficácia plena e aplicabilidade imediata, servindo, desde a data de sua promulgação, de paradigma de aferição de constitucionalidade de regras infraconstitucionais supervenientes. Vejamos:

(...)

III – Subsídios e vencimentos: teto nacional e subtelos.

1. *inda que se parta, conforme o entendimento majoritário no STF, de que o novo art. 37, XI e seus corolários, conforme a EC 18/98, tem sua aplicabilidade condicionada à definição legal do subsídio dos seus Ministros, o certo é que, malgrado ainda ineficazes, vigem desde a data de sua promulgação e constituem, portanto, o paradigma de aferição da constitucionalidade de regras infraconstitucionais supervenientes. (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.087-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 19/09/2003)*

A

Assim, tratando-se de uma norma autoaplicável, conclui-se pela não recepção do artigo 28 da Lei nº 136/61, de forma que cabia a esta Corte efetuar desde logo as alterações necessárias à adequação da remuneração de seus servidores às novas regras constitucionais.

Ademais, entendo não haver direito adquirido ao cálculo da parcela segundo a fórmula anterior, tendo em vista a jurisprudência consolidada nos Tribunais Superiores no sentido de que não existe direito adquirido à manutenção de regime jurídico, especialmente de regime jurídico remuneratório de serviço público.



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

TCE-RJ
Processo nº 302.899-9/2017
Rubrica Fls. 1054

Contudo, este não foi o entendimento adotado pelo Plenário do TCE-RJ no julgamento do referido Processo TCE-RJ nº300.740-3/89 pelo Conselho Superior de Administração, que, como dito, considerou que permanecia vigente a Lei nº. 136/61, específica para os servidores do TCE-RJ, e salvaguardou tal (a meu ver, inexistente) direito adquirido daqueles efetivados sob sua égide.

E o que sucede é que dita decisão foi proferida em **1989**, portanto, há quase 30 (trinta) anos, **consolidando inúmeras situações jurídico-funcionais e regulando, até a presente data, remuneração dos servidores, ativos e inativos, com reflexos sobre os pensionistas desta Corte de Contas.**

Assim, em que pese meu entendimento acerca do tema, **eventual alteração na forma de tratamento referente ao cálculo do ATS dos servidores desta Corte depende, em primeiro lugar, de nova manifestação plenária pelo do Conselho Superior de Administração.**

Ademais, **considero que eventual alteração na dinâmica atual adotada pela Corte de Contas deverá levar em consideração o princípio constitucional da segurança jurídica e da irredutibilidade de vencimentos, consagrado no artigo 37, XV, da CRFB.**

No julgamento do Mandando de Segurança nº. 24.875, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 06/10/20016, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de ser a irredutibilidade de vencimentos oponível até mesmo às emendas constitucionais que alterem a forma de cálculo da remuneração. Em seu Voto, aquela Excelsa Corte assim se manifestou:

50. Desse modo – não obstante o dogma de que o agente público não tem direito adquirido ao seu anterior regime jurídico de remuneração- há, no particular, um ponto indiscutível: é intangível a irredutibilidade do montante integral dela.



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

51. Por isso mesmo, é assento consolidado de nossa jurisprudência – de modo a dispensar documentação – que, quando se cuida de alteração por lei do regramento anterior da composição da remuneração do agente público, assegura-se-lhes a irredutibilidade da soma total antes recebida.

52. Estou, portanto, em que a irredutibilidade – hoje, universalizada – de vencimentos e salários substantiva garantia constitucional oponível às emendas constitucionais mesmas.

53. Trata-se de garantia individual erigida pela própria Constituição que, como tal, a doutrina amplamente majoritária reputa inilidível por emenda constitucional.

Vale mencionar ser esta também a regra do art. 2º, parágrafo único, XIII, da Lei Federal nº 9.784/99:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

(Grifamos)

Deste modo, entendo que, caso o Conselho Superior de Administração decida por modificar a fixação dos ATS, em consonância com o entendimento manifestado pelo RioPrevidência (e ao qual adiro), **a remuneração e os proventos de aposentadoria e pensão calculados em função da regra anterior não poderão ser reduzidos.**

Por outro lado, considero, ainda, que **eventuais aumentos ou revisões não poderão ser concedidos até que os valores percebidos pelos servidores ou seus pensionistas coincidam com aqueles devidos em função da aplicação correta do regime do ATS, ou seja, mediante triênios, sem**



TCE-RJ
Processo nº 302.899-9/2017
Rubrica Fls. 1259

*Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral*

“efeito cascata”, e sujeito ao limite correspondente. Uma vez obtida tal coincidência, observar-se-á, a partir de então, o regime adequado, caso o Conselho Superior de Administração venha a implementá-lo.

São estes os comentários que tenho a fazer, submetendo-os à consideração superior.

RIO DE JANEIRO, 27/08/2018.

DENNYS LOPES ZIMMERMANN PINTA
Procurador do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Matrícula 02/003905



*Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral*

| |
|----------------------------|
| TCE-RJ |
| Processo nº 302.899-9/2017 |
| Rubrica Fls. 60 |

PROCESSO: TCE-RJ Nº 302.899-9/2017


ORIGEM: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASSUNTO: PENSÃO (INT) REVISÃO

Sr. Procurador-Geral,

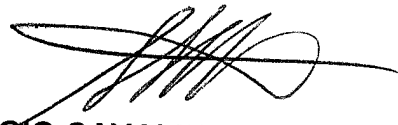
Manifesto-me de acordo com o parecer de fls. 49 a 58.

RIO DE JANEIRO, 27/08/2018.


JULIANO OLIVEIRA BRANDIS
Subprocurador-Geral
Matrícula 02/004356

De acordo.

RIO DE JANEIRO, 27/08/2018


SERGIO CAVALIERI FILHO
Procurador-Geral
Matrícula 02/004194